

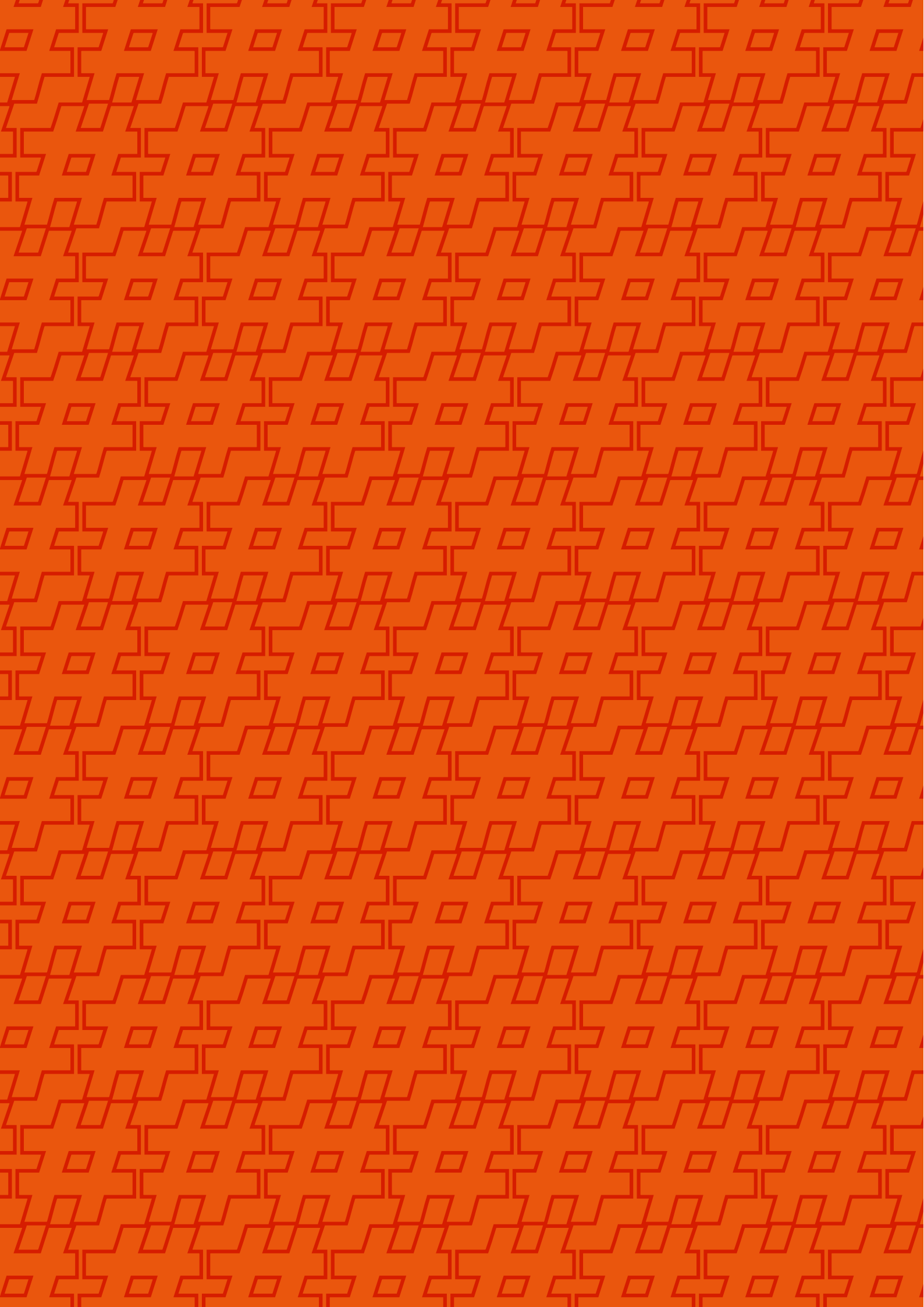


**#AGENDA
CIDADE
UNICEF**

Para cada Criança
e Adolescente

Dados para Transformação

Sistematização dos mapeamentos participativos
dos oito territórios prioritários da iniciativa
#AgendaCidadeUNICEF [2022-2024]



Apresentação

“É incrível que vocês vieram aqui onde a gente mora, que vocês estão aqui no nosso território.” Esta frase de admiração foi repetida, de diferentes maneiras, por adolescentes e jovens no início das atividades da [#AgendaCidadeUNICEF](#) em 2022. Junto com as prefeituras municipais, além de organizações da sociedade civil e empresas parceiras, o UNICEF lançou a primeira edição da iniciativa, que acontece até 2024 em territórios de oito capitais brasileiras: Cidade Operária (São Luís); Cidade Tiradentes (São Paulo); Colônia Antônio Aleixo (Manaus); Guamá (Belém); Ibura (Recife); Jangurussu (Fortaleza); Pavuna (Rio de Janeiro) e Valéria (Salvador).

Longe do centro das atenções e dos investimentos, esses territórios de potências foram priorizados também por suas várias vulnerabilidades que afetam especialmente crianças e adolescentes. Impactados diariamente por múltiplas violências, como a violência armada e o racismo, crianças e adolescentes moradores dessas áreas distantes do centro econômico das capitais acabam excluídos de oportunidades e direitos. São cerca de 221 mil meninas e meninos até 19 anos de idade que vivem nas oito áreas focadas.

Diante de uma situação complexa, a [#AgendaCidadeUNICEF](#) inicia o planejamento, a execução e o monitoramento de um conjunto integrado de políticas públicas com foco territorial voltadas a crianças e adolescentes. As equipes municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, além de Cultura, Esporte, Igualdade Racial, Política de Mulheres, Transporte, Trabalho e Renda, entre outras, são convidadas a atuar juntas. Ao mesmo tempo, adolescentes e jovens, lideranças de organizações comunitárias, servidores públicos são fortalecidos e mobilizados num movimento de pessoas.

Desde um primeiro momento, o sucesso da iniciativa depende de uma compreensão viva da situação das crianças e dos adolescentes em cada um dos territórios. Nesse sentido, o monitoramento de dados e a escuta ativa de diferentes atores que vivem na região revelam-se como estratégias vitais para a iniciativa.

Por isso, com alegria, compartilhamos esta publicação que reúne informações e reflexões sobre o conjunto de oito mapeamentos participativos realizados nos territórios da [#AgendaCidadeUNICEF](#) em sua primeira etapa. Certamente, ainda há muito para ouvir, dialogar e aprender. Mas esperamos que as páginas a seguir contribuam com esse exercício, na certeza de que é impossível avançar em políticas públicas acertadas sem aprofundar o monitoramento de dados e a escuta permanente das pessoas envolvidas. **Boa leitura!**





SUMÁRIO

A #AGENDACIDADEUNICEF 6

DADOS PARA A TRANSFORMAÇÃO 10

 EDUCAÇÃO QUE PROTEGE 14

 SAÚDE E BEM-ESTAR 18

 INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA 23

 FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO 28

AMAZÔNIA LEGAL

BELÉM > GUAMÁ 34

MANAUS > COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO 37

SÃO LUÍS > CIDADE OPERÁRIA 40

NORDESTE

FORTALEZA > GRANDE JANGURUSSU 43

RECIFE > IBURA 46

SALVADOR > VALÉRIA 49

SUDESTE

RIO DE JANEIRO > PAVUNA 52

SÃO PAULO > CIDADE TIRADENTES 55



© UNICEF/BRZ/ Alécio Cezar

A #AgendaCidadeUNICEF

Criar trajetórias de oportunidades para reduzir e prevenir violências contra crianças e adolescentes mais afetados pelo cotidiano de pobreza, exclusão e violências, moradores nas favelas e periferias dos centros urbanos. Esta é a proposta da #AgendaCidadeUNICEF – uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com as prefeituras municipais de oito centros urbanos no Brasil.

Na sua primeira edição (2022-2024), a #AgendaCidadeUNICEF está sendo implementada em um território prioritário de oito capitais onde o UNICEF tem presença territorial e pode oferecer apoio técnico direto: Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.

As violências – incluindo a violência armada, a violência baseada em gênero e o racismo – são, na maioria das vezes, consequência de uma série de privações de direitos. Por isso, a #AgendaCidadeUNICEF realiza esforços integrados e intersetoriais em quatro eixos para que cada criança e cada adolescente:

1. Esteja na escola e aprendendo;
2. Cresça com oportunidades de inclusão produtiva;
3. Tenha acesso a serviços de proteção contra violências;
4. Tenha sua saúde integral e seu bem-estar assegurados.

Em cada uma das oito capitais participantes da #AgendaCidadeUNICEF um território prioritário foi definido. A escolha desses territórios foi feita em diálogo com as prefeituras e contemplou áreas urbanas que concentram populações vulneráveis e onde crianças e adolescentes estão expostos às diversas formas de violência. São eles: Cidade Operária (São Luís); Cidade Tiradentes (São Paulo); Colônia Antônio Aleixo (Manaus); Guamá (Belém); Ibura (Recife); Jangurussu (Fortaleza); Pavuna (Rio de Janeiro) e Valéria (Salvador).

Para entender melhor os desafios e as potencialidades dos territórios envolvidos, o UNICEF produziu, com parceiros técnicos, mapeamentos participativos que levantaram e analisaram características físicas, equipamentos públicos disponíveis, serviços de educação, saúde e assistência oferecidos e dados econômicos e sociais dos territórios prioritários. Com esses mapeamentos busca-se compreender as realidades de crianças, adolescentes e suas famílias, possibilitando que as ações da #AgendaCidadeUNICEF sejam baseadas em dados e orientem o alcance de resultados e a melhoria de indicadores sociais de acordo com a realidade local.

Estes mapeamentos participativos estão sintetizados nas páginas seguintes e podem ser lidos na [íntegra no site do UNICEF](#).



<https://www.unicef.org/brazil/dados-para-transformacao>

Desafios e potencialidades nos territórios prioritários

Em cada uma das oito capitais participantes da #AgendaCidadeUNICEF as ações são coordenadas por um comitê gestor intersetorial, que inclui o UNICEF e a prefeitura por meio de representantes das secretarias municipais. Dessa forma, é possível promover uma articulação intersetorial das políticas públicas e fortalecer ações integradas que olhem para a infância e a adolescência em quatro eixos: **Educação que Protege, Inclusão Socioproductiva, Fortalecimento de mecanismos de proteção e Saúde Integral e Bem-estar.**

Os territórios mapeados de maneira participativa diferem em tamanho e em características específicas, mas se aproximam na proporção da população de crianças e adolescentes.

TERRITÓRIO	HABITANTES	POPULAÇÃO DE 0 A 19 ANOS
Cidade Tiradentes (São Paulo, SP)	237.832	26,54%
Cidade Operária (São Luís, MA)	39.058	32%*
Colônia Antônio Aleixo (Manaus, AM)	19.626	39,99%*
Guamá (Belém, PA)	94.610	32,94%
Ibura (Recife, PE)	50.617	33,47%
Jangurussu (Fortaleza, CE)	96.000	38,07%
Pavuna (Rio de Janeiro, RJ)	55.560	27,02%
Valéria (Salvador, BA)	26.210	35,98

*Estimativa

Nenhuma das localidades priorizadas pela #AgendaCidadeUNICEF está na região central das oito cidades. Todas estão na periferia dos municípios a que pertencem, por vezes junto dos limites municipais, e seus moradores experimentam a segregação que resulta da combinação de longas distâncias, transporte público insuficiente e ausência de oportunidades e serviços nos territórios.

Outro traço em comum é o processo de ocupação que deu origem a alguns desses núcleos urbanos. Colônia Antônio Aleixo e Guamá, por exemplo, foram sedes de hospitais dedicados ao tratamento da hanseníase, em uma época em que era prática isolar as pessoas com a doença. Jangurussu teve no passado um depósito de lixo, também associado ao isolamento e ao estigma. Iburá, Cidade Tiradentes e Cidade Operária cresceram rapidamente com a construção de conjuntos habitacionais, ocupados por moradores de baixa renda, sem que a necessária infraestrutura urbanística e de serviços tivesse sido implantada.

Nos oito territórios, a população é majoritariamente negra. Todos são locais onde atuam grupos armados e que são frequentemente percebidos como inseguros e violentos, tanto pelos moradores locais quanto por gestores públicos.

Um conjunto de privações afeta contingentes importantes de famílias nos territórios-alvos da #AgendaCidadeUNICEF. Além da privação de renda, há dificuldades no acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação, levando várias dessas famílias a uma situação de pobreza multidimensional.

Os dados do Cadastro Único Federal (CadÚnico), que facilita o acesso de famílias e indivíduos a programas sociais, são uma referência para análise desses espaços. Em algumas capitais, partes significativas das populações estão cadastradas no CadÚnico: 38,2% em Manaus; 42,1% em São Luís e 45,3% em Belém. Dos inscritos, uma grande proporção vive abaixo da linha de pobreza (74% em Manaus; 71% em São Luís; e 70% em Belém).

O percentual de beneficiários de programas de transferência de renda, destinados a famílias em situação de pobreza, também é um indicador da vulnerabilidade dos territórios. No período de realização do mapeamento participativo, em Valéria, território em Salvador, mais de 60% da população local viviam em situação de pobreza. Em Cidade Tiradentes, em São Paulo, 44% das famílias eram beneficiárias do Bolsa Família e 10% delas recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Há também, nesses territórios, um conjunto de potencialidades. No que diz respeito à educação, territórios como Iburá, Jangurussu, Pavuna e Cidade Tiradentes contam com programas de busca ativa dedicados ao enfrentamento da evasão escolar e a trazer crianças e adolescentes de volta à escola. Na Pavuna e no Guamá, as escolas mantêm parcerias com organizações sociais e instituições de assistência social, fortalecendo a rede de proteção a crianças e jovens. Em todos é possível encontrar servidores dedicados, que mobilizam a comunidade e os recursos públicos na tentativa de oferecer um ensino de qualidade e um ambiente acolhedor.

A rede de mecanismos de proteção contra as violências também atua nestes territórios, ainda que a população aponte lacunas no seu alcance e na sua capacidade de atendimento. Centros de assistência social, como CRAS (Centro de

Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), assistem a famílias em situação de vulnerabilidade, e Conselhos Tutelares zelam pelos direitos de crianças e adolescentes, ainda que alguns territórios não tenham unidades próprias dessas instituições, exigindo o deslocamento do público para outros bairros. Equipamentos públicos como o Centro Urbano de Cultura e Arte (Cuca), no Jangurussu, e a Usina da Paz, no Guamá, congregam serviços sociais com atividades de lazer e educação e têm importante papel na prevenção da violência.

O trabalho de mapeamento observou esforços importantes de construção de políticas integradas entre órgãos públicos. Atividades de promoção de saúde e aleitamento materno estão presentes em instituições de ensino, como na Pavuna; em Cidade Tiradentes, há reuniões semanais de gestores dos equipamentos públicos atuantes no território, além de um fórum da rede de atenção psicossocial.

Em relação à inclusão socioproductiva, o programa Jovem Aprendiz aparece com frequência como uma das iniciativas mais importantes para a entrada de jovens no mercado de trabalho e permanência na escola. Há projetos de parceria entre o poder público e a iniciativa privada para empregar mão de obra local, como ocorre na Pavuna, e de formação para o empreendedorismo, como na Cidade Operária.

Em várias localidades, jovens e lideranças comunitárias sugeriram que projetos de formação profissional fossem ampliados por meio de organizações da sociedade civil. As organizações sociais em cada território já têm papel relevante na oferta de oportunidades de educação, cultura, lazer, acesso a serviços públicos e saúde. Alguns exemplos foram citados nos processos de escuta de moradores do território e lideranças locais.

Em Cidade Operária, o Grupo de Artes Maria Aragão (Gamar) teve seu trabalho elogiado pelos entrevistados; em Colônia Antonio Aleixo, o Projeto Gente Grande, que foca na erradicação do trabalho infantil, foi mencionado como referência para os jovens em diversos temas, assim como o Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo. No Guamá, a biblioteca comunitária Espaço Cultural Nossa Biblioteca é uma referência de segurança e acolhimento para a população. Em Cidade Tiradentes e no Ibura, há um número expressivo de associações, projetos sociais, e centros comunitários. Entre as organizações deste último, teve destaque o Centro Comunitário Mário de Andrade, por seu trabalho educativo.

A aproximação e a observação das dinâmicas desses oito territórios também deixam evidente o potencial de incidência que as populações locais de cada um deles possuem ao apresentarem uma jornada, já iniciada, pela defesa de direitos de crianças e adolescentes, por meio de movimentos, fóruns e outras mobilizações, sempre fomentados pela necessidade de terem seus direitos garantidos, na maioria das vezes, exclusivamente através de políticas e serviços públicos.

Diante disso, a articulação dos esforços das instituições públicas, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada é essencial para garantir direitos e oportunidades a crianças e adolescentes nestes territórios e a #AgendaCidadeUNICEF é uma plataforma para que essa aspiração avance a ponto de se tornar uma realidade.



Dados para a Transformação

Os mapeamentos participativos são ferramentas de sistematização e análise do conhecimento sobre um determinado território e realizados com a participação dos atores sociais envolvidos na área de estudo. A combinação de abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa permite compreender melhor as realidades locais, identificando desafios, lacunas e potencialidades.

Além disso, fornecem elementos fundamentais para a implementação das várias estratégias da #AgendaCidadeUNICEF e possibilitam que parceiros na gestão pública e da sociedade civil de cada município possam propor mudanças mais efetivas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes que vivem em áreas de maior vulnerabilidade em Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.

Metodologia

Realizado por quatro parceiros técnicos (Instituto Oca, Organismo Editora, Rede Conhecimento Social e Tewá 225), o processo de produção dos mapeamentos envolveu as seguintes etapas de pesquisa:

- levantamento de referenciais teóricos e da produção existentes sobre o território;

- pesquisa e análise de dados secundários sobre os quatro eixos da #AgendaCidadeUNICEF: Educação que Protege; Saúde e Bem-estar; Inclusão Socioproductiva; e Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção contra Violências, além de informações necessárias para a compreensão do território;
- oficinas e entrevistas semiestruturadas com atores locais.

Durante o processo de pesquisa, um passo fundamental foi definir a abrangência do território analisado, tendo em vista que a definição geográfica aplicada pela gestão municipal nas leis de planejamento urbano com frequência não traduz com precisão os fluxos e a realidade do território. Identidade e pertencimento dos moradores também são relevantes para esta análise. Por isso, em alguns territórios, foi importante considerar uma área mais abrangente, implicando uma compreensão mais ampla e próxima da realidade vivida pelas comunidades envolvidas.

Para caracterizar a população e levantar as políticas públicas existentes na área, as equipes utilizaram dados fornecidos por secretarias e órgãos municipais, além das bases oficiais mais recentes (IBGE, SNIS, DATASUS, RAIS, SEADE, CECAD, INEP, SIIC, PNS e IPEA¹).

Além disso, cada um dos eixos estudados exigiu pesquisa em fontes específicas. No que diz respeito à Educação, por exemplo, foi utilizado o censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação, do qual foram extraídos indicadores como distorção idade-série e rendimento escolar. Também foram aplicados o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a plataforma Busca Ativa Escolar do UNICEF. Em Fortaleza, foi possível lançar mão das informações do sistema de prontuários eletrônicos empregado no dia a dia dos serviços de saúde.

Em alguns municípios estavam disponíveis dados desagregados por território. Em outros, a análise se baseou nas informações da cidade como um todo, associadas aos relatos obtidos na pesquisa qualitativa.

Nesta etapa, o trabalho teve como objetivo captar as percepções e as experiências de crianças, adolescentes, jovens, gestores públicos e lideranças locais sobre o território. Em grupos focais ou em entrevistas, os/as participantes falaram sobre a qualidade da rede pública de saúde, educação e assistência; o acesso à cultura e ao lazer; mercado de trabalho; a atuação de organizações locais; mobilidade; violências e saúde mental, entre outros temas. Nas oficinas foram utilizados recursos visuais, como mapas, desenhos e fotografias, para motivar a discussão sobre pontos positivos e negativos, possibilidades e insuficiências nas localidades. Também foram realizadas entrevistas com lideranças locais e gestores de organismos públicos, como conselheiros tutelares, superintendentes e coordenadores de educação. O processo se completou com a apresentação dos resultados para gestores municipais e para as comunidades.

¹ Veja relação das bases e siglas utilizadas na página 58.

POTÊNCIAS

- **Busca ativa** localiza crianças e adolescentes fora da escola em pelo menos três territórios da iniciativa
- Em vários territórios, a **parceria com equipes de saúde e assistência social** permite ações integradas
- Organizações locais oferecem **cursos e atividades educativas**
- Parcerias entre prefeituras e organizações sociais para **criar vagas para educação infantil**

DESAFIOS

- **Equipamentos** em mau estado
- **Bibliotecas e laboratórios** ausentes/pouco usados
- Carência de **vagas** para educação infantil
- **Educação sexual** raramente é discutida
- **Violência** no território afeta ambiente escolar
- Unidades de **ensino médio** insuficientes/ausentes
- **Distorção** idade série e evasão no ensino médio significativa

POTÊNCIAS

- **Ações de saúde e campanhas** realizadas no espaço escolar
- Estratégia de **Saúde da Família** está presente nos territórios
- **Rede diversificada** em vários territórios
- Parcerias com escolas para **campanhas de aleitamento e vacinação**
- Equipes dos vários **órgãos de saúde articuladas** em vários territórios
- Projetos e organizações sociais oferecem atendimento em **saúde mental e sexual**

DESAFIOS

- Relatos de **mais casos de saúde mental** entre crianças e adolescentes
- Cinco territórios **sem equipamentos** específicos de saúde mental
- Dificuldade para **obter consultas** nas unidades da rede
- **Faltam especialistas**, remédios e equipamentos
- **Demora** na realização de exames
- Nos territórios, entre 14% e 19,8% das **mães são adolescentes**
- Entrevistados apontaram falta de programas consistentes de **educação sexual**



Educação que protege

Construção de políticas integradas para cr



1_Colônia Antônio Aleixo

Manaus
19.626 habitantes
7.850* de 0 a 19 anos



2_Guamá

Belém
94.610 habitantes
31.171 de 0 a 19 anos



3_Cidade Operária

São Luís
39.058 habitantes
12.507* de 0 a 19 anos



4_Jangurussu

Fortaleza
96.000 habitantes
36.655 de 0 a 19 anos



* Estimativa

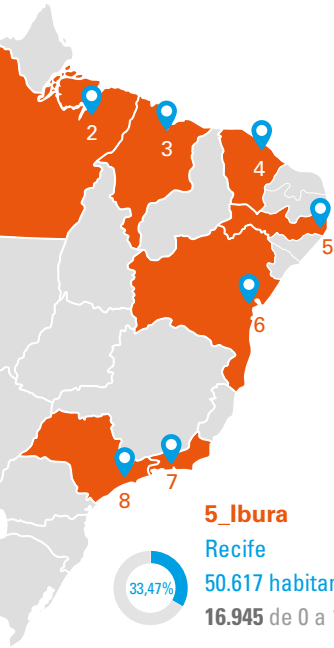
Saúde integral e bem-estar de crianças e adolescentes





Inclusão socioprodutiva de adolescentes

Finanças e adolescentes com foco territorial



5_Ibura

Recife

50.617 habitantes

16.945 de 0 a 19 anos



6_Valéria

Salvador

26.210 habitantes

9.432 de 0 a 19 anos



7_Pavuna

Rio de Janeiro

204.192 habitantes

55.600 de 0 a 19 anos



8_Cidade Tiradentes

São Paulo

237.832 habitantes

63.160 de 0 a 19 anos



Fortalecimento de mecanismos de proteção contra violência



- **Projeto Jovem Aprendiz** é porta de entrada para mundo do trabalho
- Organizações sociais oferecem **cursos profissionalizantes e empregos**
- Organizações e coletivos reúnem **jovens mobilizados por causas e direitos**
- Movimentos de **geração de renda a partir da cultura local**, como o funk
- Seis territórios contam com **equipamentos culturais e de lazer**

POTÊNCIAS

- Dificuldade de obter **trabalho remunerado** relatada em 5 territórios
- Em 3 territórios, relatos de **discriminação por local de moradia**
- Cursos profissionalizantes considerados **pouco eficazes** e desinteressantes
- **Desconhecimento** dos jovens sobre cursos/oportunidades
- **Localização** dos territórios na periferia
- Oferta restrita ou alto custo de **transporte público**
- Faltam opções de transporte **dentro nos territórios**
- Percepção do território como **inseguro**

DESAFIOS

- **Conselhos tutelares** em 5 territórios
- **Instituições de acolhimento** em 3 territórios
- CRAS (**Centro de Referência de Assistência Social**) em 8 territórios
- CREAS (**Centro de Referência Especializado de Assistência Social**) em 2 territórios
- **Fóruns e grupos** de whatsapp conectam as instituições de proteção
- Organizações sociais e comunitárias **apoiam vítimas** de violências

POTÊNCIAS

- Adolescentes entre **principais vítimas de homicídios**
- 3 territórios **não têm conselho tutelar** próprio
- 6 territórios **não contam com unidade do CREAS**
- **Sobrecarga** das equipes de equipamentos de proteção
- Presença de **grupos armados** e conflitos com forças policiais
- **Trabalho infantil** relatado em 4 territórios

DESAFIOS



EDUCAÇÃO QUE PROTEGE

Viver uma vida livre de violências é um direito de toda menina e todo menino. E a educação tem um papel decisivo para que crianças e adolescentes possam crescer e se desenvolver em todo o seu potencial.

É na escola que muitas violências sofridas no ambiente familiar e comunitário são percebidas. É para a professora ou o professor que, muitas vezes, estudantes falam pela primeira vez sobre suas angústias e experiências de sofrimento. A escola também é um espaço de fortalecimento de meninas e meninos em fatores que são decisivos para prevenir e romper com a violência: a autoproteção, a autoestima e a autoconfiança; a construção de relações afetivas protetivas; e o engajamento em um projeto de vida. Para isso, estar na escola é fundamental – e um direito.

É por isso que um dos quatro eixos temáticos da iniciativa #AgendaCidadeUNICEF tem como foco promover uma Educação que Protege. Por meio da escuta dos atores sociais nos oito territórios prioritários, foi possível identificar alguns pontos em comum entre as comunidades.

A precariedade dos equipamentos de educação foi apontada nas oficinas e nas entrevistas em vários territórios. Em Colônia Antônio Aleixo e em Manaus, adolescentes e jovens relataram a falta de equipamentos para atividades esportivas, biblioteca e salas de informática. No Guamá, em

🗨️ **A gente atualmente está vendo no bairro (...) as turmas todas sendo liberadas constantemente. Fica uma horinha na escola e vai (por falta de água e merenda) 🗨️**

Liderança comunitária, Belém

Belém, a percepção dos entrevistados durante o mapeamento participativo foi a de que os investimentos nas unidades de educação locais são insuficientes para garantir necessidades básicas. Carteiras quebradas ou ausentes e falta de água foram alguns problemas citados.



A carência de vagas aparece como um problema em todos os territórios pesquisados, especialmente em relação ao ensino médio. A transição do ensino fundamental para o ensino médio aparece como uma dificuldade, já que as escolas deste segmento são insuficientes para a demanda, o que obriga os estudantes a fazerem deslocamentos para outros bairros e contribui para a taxa de abandono neste segmento. Na Pavuna, por exemplo, a evasão escolar no ensino médio em 2020 foi de 18%, bem superior à da cidade do Rio de Janeiro (12%). Em Cidade Tiradentes, em São Paulo, 2 de cada 10 adolescentes de 15 a 17 anos não frequentam a escola. A necessidade de trabalhar para contribuir para a renda da família é um outro fator frequente de abandono das salas de aula.

O problema foi agravado pela pandemia da Covid-19. O isolamento social e a dificuldade de acesso aos recursos para aulas on-line afastaram das escolas ainda mais estudantes que já viviam em situação vulnerável. Antes mesmo da pandemia, em 2019, 90% dos 1,1 milhão de crianças e adolescentes fora da escola em idade escolar obrigatória viviam em famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo. Em novembro de 2020, durante a pandemia, segundo dados da Pnad-Covid, havia mais de 5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola ou sem atividades escolares. Uma pesquisa realizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em 2021 revelou que 48,7% das redes municipais de ensino registraram muita dificuldade para o acesso de estudantes à internet e 24,1% para o acesso de docentes.²

Relatos e indicadores apontam que o acesso e a permanência dos jovens nas escolas podem ser considerados pontos de atenção importantes em todos os territórios, embora haja diferenças entre eles. Para enfrentar este problema, ações de busca ativa de estudantes fora da escola estão presentes em vários territórios, como na Pavuna, Cidade Tiradentes, Ibura e Jangurussu.

Outra questão avaliada pelo mapeamento é a proporção de estudantes fora da idade ideal para a série que cursam. A taxa de distorção idade-série (TDI) é um indicador de falhas nos sistemas educacionais e de vulnerabilidades que dificultam o aprendizado, como o acesso a materiais didáticos e locais com condições de estudo adequadas.

Em alguns territórios estudados, a distorção idade-série no ensino médio é a maior. Em Belém, a TDI para o ensino fundamental é de 18,4%, acima da média nacional de 13,7%; no ensino médio, a taxa é de 38,6%, enquanto a do Brasil é de 25,3%. Em Manaus, apesar de a TDI do ensino fundamental, de

 **A pandemia isolou muito as pessoas e elas abandonaram a escola (...) por conta da internet que não chegava, a apostila que não chegava. Foram dois anos perdidos. Retomou, mas a necessidade de trabalhar é muito grande e eles [estudantes] não retornaram.** 

Gestor público, Rio de Janeiro

² Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, UNICEF, 2021.

12,6%, estar abaixo da taxa brasileira, a do ensino médio é de 30,2%. Em Jangurussu, em Fortaleza, a TDI do ensino médio é de 32,82%.

Em outras localidades, o indicador mostra que a idade dos alunos está mais adequada à série. No bairro Cidade Operária, em São Luís, a taxa de distorção idade-série (TDI) para o ensino médio é de 19,6%, abaixo da média nacional. No Ibura, em Recife, o indicador tem ficado constantemente abaixo da média estadual e, em 2021, a taxa foi reduzida para 12,35%, menor que a observada na capital Recife, de 15,1%.

A educação infantil também apresenta insuficiências, segundo depoimentos colhidos, embora em Cidade Tiradentes e Pavuna os órgãos municipais afirmem ter unidades suficientes para atender às crianças do território. Em Valéria, segundo o relatório Cartografia Social em Movimento, produzido pelo Núcleo de Apoio à Primeira Infância que compõe o Comitê Gestor da #AgendaCidadeUNICEF, 120 bebês e crianças pequenas não têm acesso à creche. No Jangurussu, em Fortaleza, as falas dos entrevistados indicam a falta de equipamentos suficientes e apontam as dificuldades causadas por outros fatores, como a insegurança produzida pela presença de grupos criminosos.

Em alguns territórios estudados, problemas de infraestrutura afetam o ensino e o aprendizado. No Guamá, em Belém, a precariedade dos equipamentos é apontada como um dos maiores problemas para a qualidade da educação no território. Faltam carteiras e há falha recorrente no abastecimento de água, causando o cancelamento das aulas. Em Colônia Antônio Aleixo, em Manaus, jovens relataram falta de acesso a bibliotecas, salas de informática e espaços esportivos. Em São Luís, gestores contaram que organizam mutirões comunitários para fazer reparos.

Um ambiente escolar pouco acolhedor aparece em depoimentos de alguns territórios, como na Pavuna. Em Cidade Tiradentes, jovens relataram que brigas e *bullying* fazem parte do cotidiano e não são alvo de medidas por parte da escola. A sensação de insegurança pode também vir do exterior e invadir a escola, como acontece na Pavuna.

Em várias oficinas também foi destacada a necessidade de um aprofundamento das informações acerca de tópicos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Segundo os relatos, alguns temas ainda são tratados como “tabu” e a discussão é realizada apenas por organizações da sociedade civil.

Contudo, no que diz respeito à escola enquanto facilitadora no desenvolvimento de competências e habilidades para a vida social, os jovens do Guamá que participaram da escuta elogiaram a atividade de elaboração de um Projeto de Vida. Segundo eles, deveria haver um maior investimento nesta ferramenta

🗨️ **Briguei muito para conseguir vaga na creche para minha filha, mas a vaga que consegui foi no bairro em que não posso andar por causa das facções.** 🗨️

Morador, Jangurussu

🗨️ **A maioria das vezes, a gente sai cedo por causa de falta de merenda para nós, ou falta da água, ou a água tá com gosto de ferro, sai amarela. Tá com gosto de ferro, é sempre assim, aí normalmente liberam cedo por causa disso, né?** 🗨️

Jovem, Guamá

🗨️ **Eu tenho mais de uma escola que não tem uma quadra, uma escola que não tem uma sala de informática.** 🗨️

Gestora pública,
São Luís

nas escolas, pois ela apresenta benefícios na aquisição de habilidades para a passagem à vida adulta, como planejamento e ações focadas no cumprimento dos objetivos traçados, bem como no próprio incentivo à continuidade de estudos ou à transição profissional.

Outro aspecto positivo, presente em vários territórios, é que as escolas atuam como parceiras estratégicas do serviço de assistência social e de organizações sociais que trabalham com adolescentes e jovens, fortalecendo assim uma rede de apoio e proteção para este público.

Em face dos ainda grandes desafios deste setor, o UNICEF, a gestão municipal de cada um dos oito centros urbanos e os demais atores envolvidos seguem somando esforços para garantir o direito de cada menino e menina de estar na escola aprendendo na idade correta e sem sofrer nenhuma forma de violência.

🗨 Quando tem briga, os professores não perguntam se a pessoa está bem, perguntam quem ganhou a briga. 🗨

Jovem,
Cidade Tiradentes

🗨 Escolas com ensino noturno são horríveis, com bandidos armados circulando na porta, pessoas bebendo, usando drogas. 🗨

Jovem, Pavuna





SAÚDE E BEM-ESTAR

Garantir a cada menina e menino o direito de se desenvolver plenamente e com acesso a serviços de saúde de qualidade requer a articulação de estratégias integradas para assegurar às crianças o melhor início de vida, com atenção às gestantes, acompanhamento da primeira infância e acesso à vacinação, bem como a ferramentas e recursos de promoção da saúde mental.

É por isso que a #AgendaCidadeUNICEF tem como um dos seus quatro eixos de trabalho a saúde e o bem-estar de cada criança e adolescente que vive nos oito territórios prioritários onde atua.

Durante o processo de escuta dos mapeamentos participativos, a atenção à saúde mental foi apontada como uma preocupação de jovens, líderes comunitários, adultos e gestores públicos ouvidos nos territórios prioritários da #AgendaCidadeUNICEF. Alguns territórios não contam com equipamentos específicos, como Guamá, Jangurussu, Ibura, Colônia Antônio Aleixo e Cidade Operária. Em outros, os equipamentos existem, mas foram considerados insuficientes para a demanda da população.

Nos seus relatos, os participantes de oficinas e entrevistas descreveram uma piora da saúde mental desde os anos da pandemia da Covid-19, tanto para adolescentes quanto para crianças. Os indícios do problema são muitos. Pessoas de 10 a 29 anos representam 45,8% dos casos de suicídio em Manaus; a faixa dos 10 aos 14 anos teve a maior proporção

🗨️ Onde mais eu sinto a ausência do poder público é na saúde mental, no campo afetivo. 🗨️

Gestora pública, Manaus

de ocorrências, chegando a 18,6% do município. Em São Luís, 58,7% dos suicídios afetam jovens de 10 a 29 anos, e os indivíduos entre 10 e 14 anos somam 21,8% dos casos. Em Belém, as ocorrências entre 10 e 29 são 42,9% do total, e 17,1% ocorreram no grupo de 10 a 14 anos.



No distrito sanitário que inclui Valéria (chamado São Caetano/Valéria), é possível obter os dados de casos de lesões autoprovocadas, que compreendem o suicídio, além de mutilações, cortes e outras ocorrências. São Caetano/Valéria é o terceiro distrito de Salvador nesta categoria: segundo a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 2018 a 2021, dos 4.424 casos registrados em Salvador, cerca de 493 corresponderam a esse território. Em Cidade Tiradentes, em 2022, houve 218 casos de lesões autoprovocadas, sendo que 37% envolveram menores de 17 anos de idade.

Mesmo onde há unidades dedicadas à saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial³ (CAPS), surgem relatos de dificuldades. Na Pavuna, por exemplo, há dois CAPS e um CAPSi, mas os jovens ouvidos durante o mapeamento participativo relataram dificuldade de acessar a rede e de obter um atendimento continuado. Alguns gestores apontaram a necessidade de integrar o atendimento psicológico à atenção básica. Em Cidade Tiradentes, onde há um CAPS, participantes das oficinas sugeriram que as escolas passassem a contar com psicólogos para atenderem aos alunos, o que já é exigido por lei.⁴

A gravidez na adolescência é outra problemática que afeta a maioria dos territórios em foco. Na Pavuna, em 2019, 17% das gestantes eram adolescentes – percentual bem maior do que a média da cidade, de 12%. Em 2021, Cidade Tiradentes teve o maior índice de mães adolescentes de São Paulo: uma taxa de 13 para 100 mil habitantes, enquanto a da cidade é de 8,5. No Ibura, o percentual de mães entre 10 e 19 anos⁵ é de 16,49%. No Jangurussu, quase 19,83% dos atendimentos de pré-natal são de gestantes entre 10 e 19 anos – pouco mais do que o percentual de Fortaleza, que é de 19,06%.

Não existem dados específicos para Colônia Antônio Aleixo, Guamá e Cidade Operária. Manaus tem uma proporção de grávidas de 15 a 17 anos de 16,9%, ligeiramente maior do que a do Brasil (15,7%); em Belém, a proporção é semelhante à nacional (15,8%), enquanto em São Luís é inferior (14%) à brasileira.

Os percentuais significativos de mães jovens fazem refletir sobre os relatos acerca da ausência de programas consistentes de educação sexual nestes territórios. Em vários deles, houve queixas sobre lacunas no sistema de saúde

 O atendimento no CAPS é pontual, não há continuidade. O CAPS não consegue atender a todas as demandas.

Liderança comunitária,
Cidade Tiradentes

³ O CAPS é um serviço de saúde do SUS para tratamento de pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e persistentes. Os CAPS podem ser especializados em álcool e drogas (CAPSad) e no público infantil-juvenil (CAPSi).

⁴ A Lei federal 13.935, de dezembro de 2019, determina que “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”.

⁵ Cabe ressaltar que gestantes de até 14 anos são vítimas de violência sexual, já que o sexo praticado com menores de 14 anos de idade é considerado crime de estupro de vulnerável, previsto no Código Penal.

e educativo no sentido de orientar os jovens quanto à prevenção da gravidez não desejada e doenças sexualmente transmissíveis. Alguns dos jovens ouvidos falaram em “tabu” na discussão de opções de contraceptivos e em falta de acolhimento das gestantes adolescentes.

A política de saúde costuma ser a que tem maior capilaridade, tendo em vista a forte base territorial das atividades do sistema público. Ainda assim, em parte dos territórios, a distribuição dos equipamentos também foi citada como um fator que dificulta o acesso ao atendimento. Em locais como Colônia Antônio Aleixo, Cidade Operária e Guamá, jovens disseram que a distância das unidades de saúde faz com que percam o interesse em buscar atendimento médico. A organização administrativa da rede muitas vezes não coincide com a circulação no território, e moradores em áreas de divisa entre bairros enfrentam dificuldades.

A principal queixa dos moradores nos territórios prioritários onde atua a #AgendaCidadeUNICEF é o atendimento precarizado. Falta de profissionais especializados, como pediatras e odontologistas; demora na realização de exames; falta de remédios; equipamentos em manutenção; e dificuldades de obter uma consulta são alguns dos problemas citados.

Os mapeamentos monitoraram também indicadores que apontam a necessidade de atenção para a saúde da mulher durante a gestação e o parto. No Ibura, 63% das mães adolescentes que se consultaram entre 2015 e 2021 tinham passado por sete ou mais consultas de pré-natal, superando a recomendação do Ministério da Saúde de pelo menos seis consultas. Ainda assim, um percentual importante de gestantes nesta faixa etária passou por menos consultas do que o recomendado. Além disso, dados de 2022 indicam que, no universo de gestantes de todas as idades neste território, apenas 35% das mulheres alcançaram a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde. Já em Cidade Tiradentes, 85% das gestantes somaram mais do que sete consultas de pré-natal, proporção pouco maior do que a da cidade de São Paulo (84%).

Em Colônia Antônio Aleixo, a taxa de mortalidade de mães entre 15 e 19 anos é de 73 por 100 mil, mais do que o dobro de Manaus, de 31,2 por 100 mil. A tendência se inverte em Belém, onde a taxa de mortalidade materna do município é de 98 em 100 mil, enquanto a de jovens de 15 a 19 anos é de 51,6. Na Pavuna, a mortalidade materna em todas as faixas etárias chega a 125 por 100 mil, muito superior à do município do Rio de Janeiro, de 81 por 100 mil.

Apesar da alta mortalidade materna na Pavuna, as entrevistas realizadas no território reconheceram a importância do programa Cegonha Carioca, que acompanha mães no último mês de gestação e as leva para a maternidade mais

🗨️ Aqui temos os postos de saúde, mas parece que não funciona para nada, não tem uma palestra de prevenção para as meninas. Hoje, aqui, tem meninas de 11 anos que estão engravidando, eu vejo e (...) fico assustada. 🗨️

Jovem liderança, Pavuna

🗨️ E às vezes, como estão nessas comunidades e ocupações, estão em território de divisa, e aí nem um território pode atender e nem o outro, e aí isso gera uma vulnerabilidade (...) Aí um não olha porque não é dele e nem o outro, isso é complicado. 🗨️

Profissional do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem, Cidade Tiradentes

🗨️ No posto nunca existiu dentista e pediatra também não. 🗨️

Participante de oficina, Jangurussu

próxima. Outro fator positivo é que equipamentos públicos de saúde, educação e assistência têm bom diálogo no território e conseguem desenvolver ações articuladas, como a abertura das escolas para a saúde. O mesmo acontece em Cidade Tiradentes, onde existe articulação entre unidades básicas de saúde, por meio do programa Saúde na Escola.

A mortalidade infantil, que mede o número de bebês que morrem no primeiro ano de vida, encontra grandes variações entre os oito territórios estudados. Na Pavuna, ela é semelhante à do Rio de Janeiro – em média, 3 por 1 mil nascidos vivos. Já em São Luís, ela é de 17,4 a cada 1 mil nascidos vivos; em Manaus, é de 14,52. Nas duas cidades, o indicador é maior do que a taxa brasileira, que é de 12,38. No bairro Ibura, recentemente, a taxa teve um aumento expressivo, que não se verificou nos bairros Cohab e Jordão, que integram o Grande Ibura: de 9,66 em 2020, o índice passou para 18,54 em 2022. No mesmo ano, em Pernambuco, a taxa foi de 12,3 para cada 1 mil nascidos vivos, de acordo com o Ministério da Saúde. Em Cidade Tiradentes, a taxa é de 12 por mil nascidos vivos, superior à de São Paulo, que é de 10.

Diversos fatores podem estar relacionados às altas taxas de mortalidade infantil, como a idade das gestantes e enfermidades originadas na gestação, capazes de surgir ou de se agravar a partir da falta de acesso à infraestrutura de saneamento básico e baixa capacidade do sistema de saúde local, problemas presentes na realidade dos territórios.

A insegurança alimentar é outro fator monitorado pela #AgendaCidadeUNICEF. Em Colônia Antônio Aleixo e Cidade Operária, a deficiência nutricional foi considerada um grave problema pelos entrevistados.

Em Cidade Tiradentes, estima-se que cerca de 46% das crianças de até 5 anos (8.236 meninos e meninas) são monitoradas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Nesse grupo, 8% apresentam déficit de altura; 5%, déficit de peso e 9%, excesso de peso para a sua idade. Um grupo de 16% das crianças apresenta dupla carga de má nutrição, caracterizada pelo excesso de peso e, simultaneamente, baixa estatura.

Na UBS de Valéria, o mesmo SISVAN registrou 57 crianças com peso baixo ou excessivo em um total de 383 acompanhadas entre 2015 e 2021. Na Pavuna, a taxa de baixo peso ao nascer oscila em torno de 10, pouco acima da cidade do Rio de Janeiro, que é 9. Gestores públicos do território carioca têm visões conflitantes a respeito: enquanto a área de saúde afirma que os casos de insegurança alimentar são pontuais, a assistência social indica que a insegurança alimentar é uma realidade na vida das crianças. Ambas apontam o papel da escola como mitigador dessa situação, uma vez que as crianças realizam grande parte das refeições do dia no ambiente escolar.

🗨️ Agora, durante a campanha de vacinação, todas as escolas no nosso território (...) tiveram atividade de avaliação da caderneta de vacina (...) para verificarmos se tinha alguma criança com vacina em atraso e realização de vacinação na própria escola. 🗨️

Gestora pública de saúde, Pavuna

🗨️ É uma fila imensa e é muito difícil. São determinadas senhas para tantas pessoas, incita chegar cedo porque depois não tem e é uma luta para se consultar, pra marcar uma consulta no posto. E nem consegue. Várias vezes e não consegue. E, às vezes, marca particular. 🗨️

Jovem, Guamá

A vacinação também é fator essencial para a saúde de crianças e adolescentes, já que previne doenças graves. Em algumas cidades, a cobertura vacinal está abaixo da média nacional de 66,9%: São Luís tem cobertura de 47,7% e Belém, de 49,6%, o que aponta para menor alcance do sistema de saúde. Em Manaus, a taxa é superior à nacional (79,2%). Em Salvador, a cobertura vacinal é de 51,12%. Não há uma estimativa da cobertura em Valéria, mas o trabalho de mapeamento levantou informações de 2022 sobre a aplicação das vacinas pneumo e meningococo C entre crianças de 6 meses a 5 anos no território. De 45 crianças avaliadas, todas possuíam comprovante de vacinação, mas só duas haviam tomado as duas doses previstas de cada vacina. Alguns gestores da rede de saúde, como os da Pavuna, afirmam que a cobertura vacinal se mantém como um desafio devido à circulação de *fake news* a respeito de vacinas em anos recentes.

Em relação à primeira infância, o acompanhamento periódico de bebês e crianças é essencial para a promoção da saúde e proteção contra as violências. Por meio das consultas de puericultura é possível identificar de maneira precoce distúrbios do crescimento, bem como do desenvolvimento físico e mental. O Ministério da Saúde estabelece como recomendação que os bebês passem por pelo menos sete consultas médicas até completarem um ano de idade, porém esta meta nem sempre é cumprida. Nas unidades do Grande Jangurussu, por exemplo, a análise dos registros entre 2015 e 2021 mostra que a média de consultas por criança foi de 1,57, pouco abaixo do valor geral da cidade, de 1,61. Um número maior de consultas ocorre entre 2 e 4 meses e entre 7 e 11 meses, o que enfatiza a necessidade de intensificar as consultas em bebês com até um mês de vida.

No cômputo geral, nota-se um volume expressivo de crianças consultadas, porém não há seguimento nas consultas, como preconiza o Ministério da Saúde. Desse modo, faz-se importante compreender como as mães percebem as consultas de puericultura, de modo a incentivar o seu engajamento no processo de promoção à saúde da criança. Em paralelo, pode-se pensar em estratégias de busca ativa por crianças que estejam em atraso no número recomendado de consultas, processo que pode contar com a posição estratégica de Agentes Comunitários de Saúde na organização da Atenção Primária.

Encontrar soluções para reduzir a mortalidade infantil, ampliar o atendimento à saúde mental, mitigar a insegurança alimentar e aumentar a adesão à vacinação, revertendo a redução na cobertura vacinal verificada após a pandemia, são desafios encontrados nos territórios onde a #AgendaCidadeUNICEF atua. O UNICEF trabalha com governos, sociedade civil, setor privado, terceiro setor e famílias para garantir a cada menina e menino o direito de se desenvolver de forma integral e crescer com saúde.

🗨️ Nós temos crianças que a luta delas é diária (...) a fome dói, se a fome dói, não tem aprendido. 🗨️

Lider comunitário, Colônia Antônio Aleixo

🗨️ Eles passam fome sim, a maioria só tem a refeição da escola, então, no final de semana não comem. O olhar atento do diretor, que chega na segunda e dá um café com bolacha pra fazer o desjejum, alguns passam mal de fome. 🗨️

Gestora pública, Rio de Janeiro



INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

As novas dinâmicas do mundo do trabalho apresentam desafios e oportunidades para a inclusão socioprodutiva de adolescentes e jovens. Esse contexto demanda a cooperação entre governo, sociedade e empresas para desenvolver políticas efetivas e integradas de promoção de trabalho digno que auxiliem adolescentes e jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Apoiar adolescentes e jovens na busca por alternativas decentes de geração de renda e participação na sociedade é essencial para evitar que eles, ao tentarem se inserir no mundo do trabalho, sejam impactados por uma ou mais formas de violência e expostos a graves riscos pessoais e sociais, como o trabalho infantil, informal e precarizado, as jornadas exaustivas e a exploração sexual.

Um dos eixos estratégicos da iniciativa #AgendaCidadeUNICEF tem como foco promover e garantir a adolescentes e jovens uma transição positiva da escola para o mundo do trabalho, possibilitando que eles acessem oportunidades de emprego decente e de desenvolvimento contínuo de habilidades técnicas e socioemocionais, bem como a inclusão digital.

Por meio dos mapeamentos participativos, identificou-se que a escassez na oferta de oportunidades de trabalho é apontada pelos moradores dos territórios da #AgendaCidadeUNICEF

🗨️ Quando chegava lá, já puxavam meu endereço, viam o meu perfil e não me aceitavam, já fui rejeitada umas dez vezes. Tinham empresas que pegavam mesmo sem experiência, mas mesmo assim tinha o meu cabelo e o local onde eu morava; quando eu coloquei o endereço da minha irmã, fui selecionada. 🗨️

Líder comunitária, Pavuna

como um dos principais fatores para a desigualdade social que vivenciam. Para jovens dessas localidades, a entrada no mundo do trabalho é dificultada pela baixa escolaridade, transporte público insuficiente, ausência de políticas de apoio e preconceitos.

O acesso à cidade não é uma realidade para esse grupo de pessoas, sujeitas a processos de exclusão social e à perpetuação de ciclos de pobreza. Assim, a criação de oportunidades de geração e diversificação de renda aparece como uma prioridade nos depoimentos colhidos pelos pesquisadores. Entre as políticas públicas voltadas para jovens, o Programa Jovem Aprendiz⁶ surge como um importante meio de inserção no mundo do trabalho e de estímulo à permanência na escola.

Em cidades como Belém, Manaus e São Luís, indivíduos de 14 a 29 anos representam, respectivamente, 19%, 27% e 21% do mercado de trabalho formal. Nessas cidades, os setores com maior presença de jovens são serviços, e construção civil. No entanto, as pessoas entrevistadas nos territórios pesquisados nessas capitais – Guamá, Colônia Antônio Aleixo e Cidade Operária – destacaram a grande dificuldade de os jovens obterem empregos.

Nesses territórios, assim como em Cidade Tiradentes, em São Paulo, moradores e gestores ouvidos pelo mapeamento participativo apontaram que a falta de vagas locais aumenta a vulnerabilidade de adolescentes e jovens. Cidade Tiradentes é o distrito com menor oferta de empregos formais na cidade de São Paulo: há três empregos para cada 100 pessoas, enquanto na capital paulista a média é de 43 para cada 100.

Apesar das dificuldades já mencionadas, os dados de 2010 da PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, demonstram o potencial produtivo dos jovens. No território de Valéria, em Salvador, os jovens foram responsáveis por 23% de toda a renda da comunidade, com maior participação dos indivíduos de 25 a 29 anos.

Mesmo onde há oferta de empregos formais, adolescentes e jovens parecem encontrar dificuldade de acesso ao mundo do trabalho. Na região administrativa da Pavuna, onde 1.357 estabelecimentos oferecem 26.047 vagas de empregos formais, o trabalho de mapeamento participativo colheu relatos sobre as dificuldades de encontrar trabalho perto de casa. Para os entrevistados, um dos fatores é o preconceito contra os moradores. Na região administrativa carioca é prática comum informar endereços de amigos que vivem em outras localidades ao participar de processos seletivos. O mesmo foi relatado pelos jovens ouvidos na Colônia Antônio Aleixo, em Manaus.

Sem opção no mercado formal, os jovens recorrem a vagas de trabalho informais. Na Pavuna, segundo as entrevistas realizadas, eles fazem *bicos*, trabalham em bares ou serviços de *delivery*, são manicures, mototaxistas e feirantes, além de outras atividades.

🗨️ **Porque é um bairro dormitório, mas quando as pessoas saem para procurar emprego em outros territórios, são discriminadas socialmente.** 🗨️

Profissional do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem, São Paulo

⁶ O Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa federal que visa estimular empresas e órgãos públicos a contratar jovens de 14 a 24 anos de idade, bem como pessoas com necessidades especiais, sem limite de idade. A Lei da Aprendizagem (10.097/00), que norteia o programa, estabelece que a jornada diária do aprendiz não deve superar seis horas diárias, salvo em casos em que o jovem já tenha completado o ensino fundamental. Na condição de aprendiz, o adolescente ou jovem recebe salário e direitos trabalhistas e previdenciários.

A falta de oportunidades nos locais de moradia obriga os trabalhadores desses territórios periféricos a enfrentar longas viagens. Nas entrevistas realizadas na Cidade Tiradentes, o custo do transporte aparece como um fator que limita e impede que os moradores e as moradoras do bairro sejam contratados.

Entre as formas para redução das desigualdades no acesso a oportunidades, estão cursos para inserção no mercado de trabalho, de acordo com líderes comunitários e gestores. Nos territórios, há formações realizadas por ONGs, organizações religiosas e pelo poder público. No Guamá, o Instituto Altair Brandão oferece cursos profissionalizantes e foi reconhecido pelos gestores públicos entrevistados como um espaço importante e seguro para os jovens, com enfoque no valor de sua atuação durante a pandemia. As experiências do Espaço Cultural Nossa Biblioteca e o Gueto Hub também foram elogiadas por gerarem oportunidades ao absorverem talentos locais.

Entretanto, participantes dos mapeamentos participativos em alguns territórios consideraram os cursos oferecidos insuficientes para capacitar o jovem para competir com outros candidatos, além de pouco atraentes. No Jangurussu, os adultos disseram que os cursos são curtos e oferecem uma formação limitada para as exigências do mundo do trabalho. Também foi citada a necessidade de apoiar os estudantes, para que possam permanecer nas salas de aula.

Além da qualidade, o foco dos cursos profissionalizantes é questionado. Na Pavuna, por exemplo, os cursos são oferecidos por organizações da sociedade civil e igrejas, mas estas oportunidades nem sempre incluem atividades que interessem aos jovens.

Na Cidade Operária, em São Luís, os participantes citaram aulas de introdução ao universo do empreendedorismo para que adolescentes e jovens possam ser protagonistas da mudança desse quadro de exclusão.

Para o sucesso de iniciativas de inclusão, um fator importante é a comunicação com o público. Na Pavuna, participantes do mapeamento disseram que as oportunidades de formação não são conhecidas por grande parte do público-alvo. Entrevistados de vários outros territórios citaram o desconhecimento sobre a oferta de cursos e serviços como um problema.

🗨️ Os cursos que oferecem aqui é só faz de conta. O jovem pode até ser enviado, mas ele não vai ser escolhido porque falta muita coisa pra competir por igual. 🗨️

Participante de oficina,
Jangurussu

🗨️ Ter cursos profissionalizantes de acordo com o que os jovens estão vivendo aqui. 🗨️

Jovem em oficina, Pavuna

🗨️ Se queremos tirar o menino do tráfico, temos que trazer coisas que dialoguem diretamente com esse moleque. O que dialoga diretamente com ele no nosso território é carro, moto, novas tecnologias e isso não chega no nosso território, o que chega é sempre política de pobre para pobre, e aí não conseguimos atingir os adolescentes que estão em risco social oferecendo cursos de RH e administração, para aplicar onde? 🗨️

Integrante do Fórum de Direitos de Crianças e Adolescentes,
Cidade Tiradentes

Oportunidades educativas, culturais e de incidência política

Ainda no eixo de Inclusão socioproductiva, a aproximação com as vivências locais tem mostrado que esses territórios contam com juventudes atuantes e mobilizadas para a defesa de causas e direitos. Grande parte dessa juventude se articula e atua em coletivos e organizações que promovem projetos culturais e de desenvolvimento comunitário.

Ao lado de projetos de formação profissional e de empregabilidade, atividades educativas e culturais e oportunidades de participação na vida comunitária e cidadã também são essenciais para o desenvolvimento pessoal e projeção de futuro de adolescentes e jovens. Essa oferta varia bastante entre os espaços estudados. No Grande Ibura, foram identificados apenas três centros de cultura no território – e nenhum deles é um espaço público.

Já em CidadeTiradentes, por exemplo, existem cinco centros culturais e cinco espaços de lazer. No entanto, nem todos são aproveitados. Segundo os jovens ouvidos, o Centro de Formação Cultural da CidadeTiradentes (CFCCT) não é acessado por uma parcela dos moradores, que desconhecem as atividades realizadas no local. No Jangurussu, o teatro da unidade da rede Cuca também é frequentado por poucos.

Os espaços de lazer nem sempre estão organizados de maneira a beneficiar toda a população. No Grande Ibura, por exemplo, a distribuição das praças é desigual: elas estão ausentes no bairro Ibura propriamente dito e se concentram no bairro Cohab. Além disso, na maioria dos territórios, jovens, adultos e lideranças comunitárias entrevistados queixaram-se do estado de conservação de espaços públicos. Projetos de revitalização aparecem como uma necessidade nestes territórios, para que crianças, jovens e demais moradores possam ter locais de convívio e diversão.

Na discussão sobre o acesso à cidade e a promoção de oportunidades, a garantia de mobilidade e circulação é essencial para fomentar a quebra dos ciclos de exclusão. A oferta de transporte público varia entre os territórios estudados. Enquanto Valéria, em Salvador, é servido por 17 linhas de ônibus, Colônia Antônio Aleixo, em Manaus, conta com apenas duas.

Dificuldades de mobilidade também foram lembradas entre os moradores da Pavuna, que é servida por trem e metrô. Na região carioca, o preço da passagem é um fator que impede o acesso ao trabalho e à cultura.

Mesmo a circulação dentro das comunidades encontra obstáculos, como falta de meios de transporte nos territórios e má qualidade das vias. Em Colônia Antônio Aleixo, uma sensação de insegurança generalizada dificulta o acesso da população a espaços de lazer e estudo. Na Pavuna, o ir e vir é impedido pela demarcação de fronteiras pelos grupos armados que atuam na região.

🗨️ A informação não chega até as pessoas, tem oportunidade, mas os jovens não conhecem. 🗨️

Jovem, Pavuna

🗨️ Nós já tivemos vários espetáculos lá, mas a comunidade não se apropriou disso, não temos essa cultura, então isso é muito triste para nós. 🗨️

Conselheira de Saúde, CidadeTiradentes

🗨️ Aqui mesmo as praças que tem são acabadas, nem podemos brincar. 🗨️

Jovem, Ibura

Dessa forma, percebe-se que a simples oferta de serviços públicos de qualidade no território não garante seu usufruto pela população. O acesso a estes serviços depende tanto da garantia de segurança nas ruas e equipamentos públicos quanto da existência de um sistema de transporte público que seja eficiente e tenha capilaridade para atender às populações mais afastadas e conectá-las.

As políticas de inclusão produtiva voltadas a jovens devem ser encaradas não como assistencialismo ou oferta de mão de obra barata, mas como ações estratégicas de enfrentamento da desigualdade social e para a prevenção de violências.

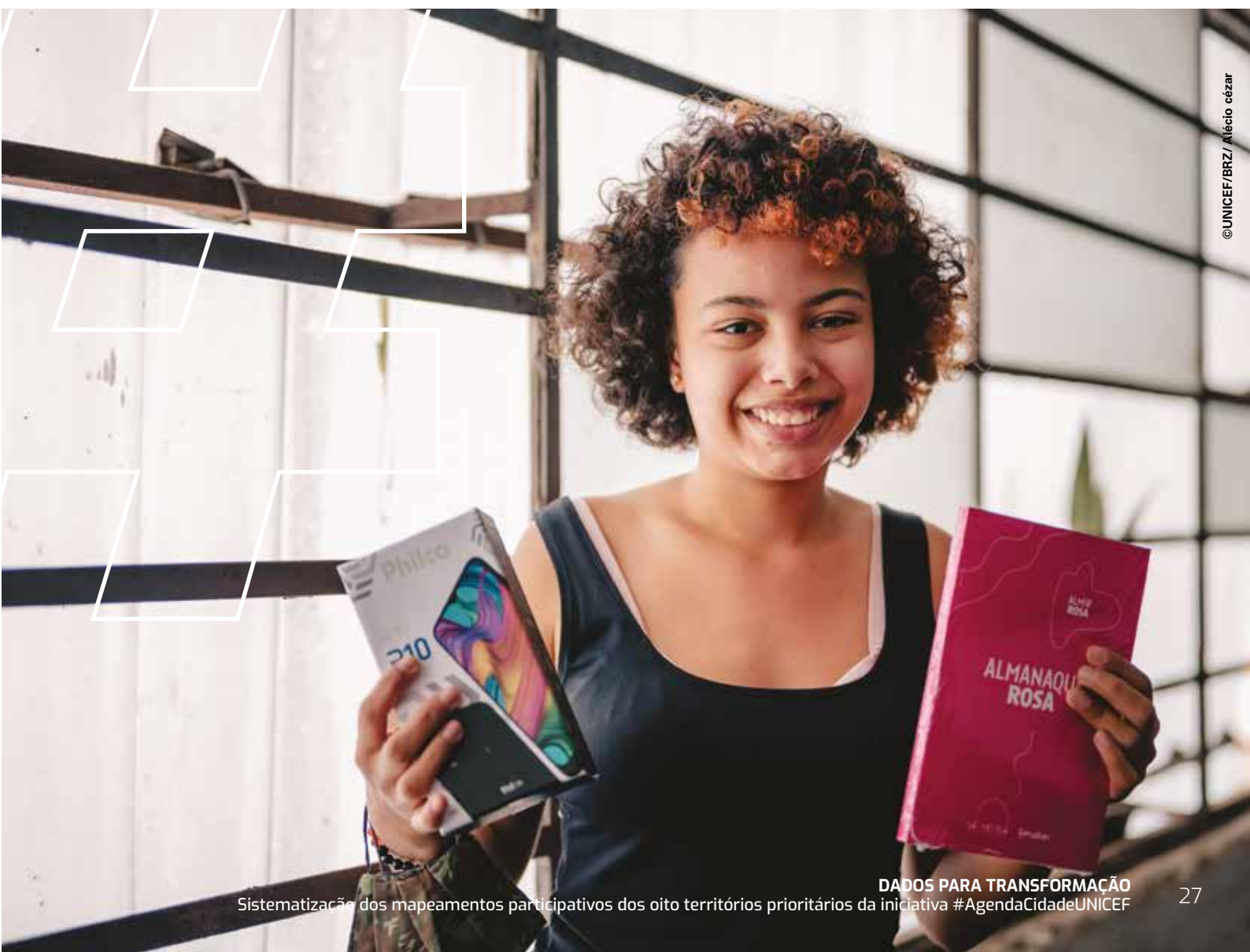
Em todas as comunidades, #AgendaCidadeUNICEF, por meio da parceria com atores locais, tem promovido ciclos formativos e atividades com adolescentes, inclusive com a criação de Núcleos de Cidadania de Adolescentes e Jovens (Nucas) em alguns municípios, para que eles se fortaleçam e se engajem cada vez mais nas tomadas de decisão em relação a políticas públicas e a outros processos decisórios em seus territórios e municípios.

Os jovens da Pavuna jamais poderão frequentar o parque de Costa Barros, pois tem a questão da facção. 'Mas eu não sou envolvido'. Não importa.

Gestor público, Rio de Janeiro

Essa dificuldade acaba [aparecendo] ainda mais na nossa comunidade, como ela é muito distante. É muito difícil ter o que outras pessoas têm no meio da sociedade.

Líder comunitária,
Colônia Antônio Aleixo





©UNICEF/BRZ/ Murilo Otávio

FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO



As violências contra crianças e adolescentes são um fenômeno complexo e multifacetado que está ligado a fatores culturais, sociais e econômicos. No Brasil, principalmente nos grandes centros urbanos, a violência afeta milhares de crianças e adolescentes por ano, incluindo a violência armada, a violência baseada em gênero e o racismo.

Nos oito mapeamentos participativos realizados, essa realidade transparece em dados e relatos. Em Manaus, a taxa de homicídio entre jovens de 15 a 29 anos é significativamente maior do que a do Brasil, de 45,76 mortes por 100 mil habitantes. O mesmo acontece em Belém, onde as mortes violentas para essa faixa etária são 87,25 por 100 mil, apesar de uma expressiva queda no total de homicídios ter ocorrido nos últimos anos. Em São Luís, a taxa de homicídios de jovens é 53,4 por 100 mil, também superior à média brasileira.

Em parte dos territórios que participam da #AgendaCidadeUNICEF, dados de violência territorializados estão disponíveis. Um deles é Valéria, onde em 2021 o Plano Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salvador calculou uma taxa de óbitos para a faixa de 0 a 19 anos de 82,5 para cada 100 mil habitantes, sendo que 37% das mortes de adolescentes foram por causas externas – denominação que agrega acidentes, suicídio e homicídios.⁷

Aqui temos uma enorme quantidade de crianças morando na rua. E qual a saída da rua? O sinal.

Líder comunitária, Manaus

⁷ Em Valéria, entretanto, de acordo com os dados de 2022 da Secretaria Municipal da Saúde, a faixa etária com maior número de óbitos por causas externas é a de 20 a 24 anos, seguida pelas pessoas de 25 a 19 anos; só em terceiro aparecem os adolescentes de 15 a 19 anos.

Em Cidade Tiradentes, a taxa de mortalidade de crianças e adolescentes até 17 anos por agressão é 4 por 100 mil, maior do que a da capital São Paulo, que é de 2,5. Na Pavuna, a taxa de homicídios de jovens negros é de 14 por 100 mil, quase três vezes a da cidade do Rio de Janeiro, que é de 5 por 100 mil. No recifense Grande Ibura, a análise de ocorrências entre 2015 e 2022 mostrou que a faixa etária com maior número de vítimas de homicídio é a de 20 a 29 anos (49,16%); 17,25% dos casos ocorreram com adolescentes entre 10 e 19 anos. No que diz respeito à cor, 79% das vítimas de homicídio do Ibura foram classificadas como pardas.

Nas oficinas realizadas em diversos territórios, o envolvimento em dinâmicas do tráfico de drogas foi apontado como uma das principais causas de violências e homicídio de jovens. Para moradores da Colônia Antônio Aleixo, em Manaus, este fenômeno de envolvimento com o tráfico decorre da falta de perspectiva de vida de crianças, adolescentes e jovens da comunidade, que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, baixa renda e pouco acesso aos equipamentos de saúde, educação, assistência social e cultura.

Na Cidade Operária, em São Luís, os participantes do mapeamento participativo contaram que a violência associada ao tráfico invade a vida cotidiana: há relatos de servidores públicos ameaçados por traficantes e casos em que os jovens envolvidos com o tráfico promoveram intimidação no espaço escolar.

Na Pavuna, assim como no Guamá e em Cidade Operária, ações policiais contra o crime organizado que atua no território às vezes impedem a circulação de moradores e provocam indignação, por serem percebidas como discriminatórias.

Além da violência letal, outras violências afetam crianças e adolescentes nos territórios da #AgendaCidadeUNICEF. Em Cidade Tiradentes, São Paulo, em 2022 foram registrados 42 casos de estupro pela delegacia de polícia local. Destes, 80% envolveram vítimas menores de 14 anos de idade. Em Valéria, entre 2021 e 2022, os registros de violência doméstica, sexual e outras violências relacionados à faixa etária de 10 a 14 anos praticamente dobraram, chegando a 484 casos. Na faixa etária de 15 a 19 anos as notificações passaram de 572, em 2021, para 763, em 2022, um aumento de 33%.

No Grande Ibura, entre 2015 e 2022, foram registrados 646 casos de violência não letal, que afetaram na maior parte adolescentes entre 15 e 19 anos (51,55%), do sexo feminino (60,84%) e pardas (64,65%). A violência mais frequente foi a física (45,20%), seguida pela violência sexual (27,55%) e negligência (19,20%). A persistência desses casos demonstra a importância do fortalecimento de mecanismos de proteção como o Conselho Tutelar, já que muitas dessas violências ocorrem na esfera doméstica.

Em vários territórios, o trabalho infantil e juvenil aparece como uma problemática na visão de líderes comunitários, moradores e gestores. O trabalho infantil é uma grave forma de violência contra as crianças, pois impacta o seu desenvolvimento físico e pode impedir a continuidade de sua educação. No

🗨️ Os policiais acham que só porque moramos na favela somos traficantes e ficamos à mercê deles. Eles chegam fazendo um 'auê' dentro da sua casa, perguntando se conhecemos fulano de tal. Por mais que a gente diga que somos trabalhadores, para eles não interessa, são muito agressivos. 🗨️

Jovem, Pavuna

Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe qualquer forma de trabalho até 14 anos de idade, quando passa a ser admitido o trabalho na forma de aprendiz.

No entanto, o trabalho infantil ainda é uma realidade no Brasil e há indícios de que ocorre nos territórios prioritários para a #AgendaCidadeUNICEF. Um estudo da Associação Beneficente Pequeno Nazareno mostrou que 78% das crianças que trabalham nos sinais de Manaus moram na Zona Leste; dentre estas, 88,5% vivem na Colônia Antônio Aleixo. Em 2021, a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) registrou 234 crianças em situação de rua ou mendicância em Manaus.

Na Pavuna, a taxa de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho infantil é de 30,66, dez vezes a da cidade (3,77). No território de Valéria, em Salvador, a PNAD realizada pelo IBGE em 2010 calculou que 766 crianças entre 10 e 14 anos trabalhavam. No território maranhense Cidade Operária, os entrevistados confirmaram a ocorrência de trabalho infantil e situações de abuso psicológico por parte de familiares, uma vez que a renda de crianças e adolescentes é vista como necessária. Não raro, o trabalho remunerado impede meninos e meninas de frequentar a escola e participar de outras atividades, o que leva à privação de outros direitos. Segundo uma pesquisa da organização social Cidade Escola Aprendiz, 5,1% das crianças e dos adolescentes de 5 a 17 anos do Maranhão estão trabalhando. É um contingente que tem predominância de negros (80,3%) e meninos (69,4%).

Os depoimentos de lideranças comunitárias e gestores públicos alertam para o fato de que a busca de meninos e meninas por meios de subsistência pode expô-los aos riscos de várias violências, inclusive do tráfico de drogas e da exploração sexual. Gestoras públicas do Guamá contaram ter visto meninas comparecerem à marina local para esperar convites de proprietários de lanchas, que as levam para “um passeio”. A exploração sexual de meninas ocorreu mesmo durante a pandemia da Covid-19, relatou uma liderança da Cidade Operária.

Neste contexto, a presença de uma rede de proteção intersetorial a crianças e adolescentes ativa e qualificada se mostra essencial. Os dados obtidos pelos mapeamentos participativos realizados pelo UNICEF mostram que os atores sociais dos territórios pesquisados compartilham a percepção de que a rede é insuficiente ou ineficiente.

No Guamá, as lideranças comunitárias recorrem ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Conselho Tutelar, situado em bairro vizinho, quando se deparam com situações de violência contra crianças. Mas acreditam que o caso só será conduzido satisfatoriamente se houver empenho pessoal de servidores.

🗨️ E a gente vê muitas meninas descendo ou indo nessas lanchas, nesses iates dos grandes empresários. E depois voltando, né? (...) E lá tem festa de segunda a segunda. 🗨️

Gestora pública, Belém

🗨️ Foi muito doído ver meninas que em plena pandemia saíam para a exploração sexual para levar comida para casa (...) é uma responsabilidade muito grande colocada nas costas dessa menina, que não é dela. 🗨️

Líder comunitária, Cidade Operária

Em Jangurussu, em Fortaleza, falta um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No território, há apenas três CRAS, quando o número de famílias residentes na região exigiria oito. No Ibura também não há CREAS, e participantes da oficina realizada com adultos durante o mapeamento participativo relataram que precisam se deslocar por três horas para ir até a unidade mais próxima. Os dois CRAS disponíveis são considerados insuficientes para a localidade.

No território de Colônia Antônio Aleixo, em Manaus, gestores e lideranças comunitárias contaram que os atores dos campos da saúde e da educação encaminham regularmente os casos necessários para o Conselho Tutelar, CRAS ou CREAS. Mesmo assim, de acordo com depoimentos colhidos no território, casos de violência doméstica, exploração e abuso sexual de jovens não recebem a assistência necessária por sobrecarga das equipes e falta de recursos. O bairro conta apenas com um CRAS e o Conselho Tutelar mais próximo fica a 17 km. Em Valéria, também, o Conselho Tutelar foi desalojado da antiga sede e o atendimento, apesar de ter continuado, está precarizado.

Mesmo na região administrativa da Pavuna, onde o Conselho Tutelar conta com uma equipe de psicólogos e assistentes sociais para apoiá-lo, a estrutura não é suficiente. A região tem cinco conselheiros, número escasso para as necessidades do território. Um aspecto positivo do território é a realização periódica de encontros dos conselheiros com equipes de várias secretarias, ONGs e associações de moradores, também conectados por um grupo de WhatsApp. Assim, a atuação das várias organizações se dá de forma articulada e com maior agilidade.

Diante da complexidade das violências que impactam crianças e adolescentes, a proposta da #AgendaCidadeUNICEF é a de que os municípios, dentro do eixo de Fortalecimento de Mecanismos de Proteção, priorizem a capacitação e o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, o que inclui o uso adequado do SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) e a implementação da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431).

🗨️ A rede existe, ela só é ineficiente (...) A gente conhece os caminhos, mas é ineficiente. 🗨️

Liderança comunitária, Belém

🗨️ Pavuna, Costa Barros, Acari, Barros Filho são muitos bairros para cinco conselheiros. Cada um é responsável por mais de um bairro. (...) Não tem como ter um trabalho de prevenção, é um trabalho com a demanda que chega. 🗨️

Gestor público, Rio de Janeiro

PODE
FALAR





Amazônia legal

BELÉM > GUAMÁ

Situada na região Sul de Belém, às margens do rio Guamá, a região do atual bairro Guamá foi endereço de um hospital-colônia para pessoas com hanseníase, fechado em 1938. Com a expansão do vizinho São Brás, o bairro ganhou novos ocupantes e, nos anos 1950, passou a receber migrantes que chegavam a Belém. Atualmente, o Guamá é o bairro mais populoso da capital paraense. Seu território abriga duas universidades e na maior parte é ocupado por moradias precárias, onde vivem populações vulneráveis.



População

94.610	habitantes
31.171	de 0 a 19 anos
53%	da população são mulheres
76%	da população são negros



Equipamentos

21	Estabelecimentos públicos de Educação
6	Estabelecimentos de Saúde
4	Equipamentos de Proteção Social e Assistência
7	Equipamentos de Cultura e Lazer



Educação que Protege

O Guamá conta com uma rede de cinco equipamentos públicos de ensino infantil, 18 de ensino fundamental e quatro de ensino médio. Sete unidades também ofertam cursos de educação para jovens adultos (EJA). Mesmo assim, a percepção de estudantes, lideranças comunitárias e gestores é de que faltam recursos para a educação no Guamá. Os entrevistados relataram que as escolas enfrentam dificuldades para oferecer recursos essenciais aos alunos, como carteiras e água. As falhas comprometem a qualidade de ensino. Nas oficinas realizadas pela pesquisa, percebeu-se que a presença da Universidade Federal do Paraná (UFPA) no território é um estímulo para que estudantes locais aspirem a continuar seu processo formativo.

- Segundo dados do IBGE de 2019, 25,2% dos homens e 23,8% das mulheres de Belém não têm instrução ou não terminaram o ensino fundamental. Entre os negros, 26% não têm instrução ou têm fundamental incompleto; o percentual de brancos é de 17,7%. Só 13,7% dos negros têm curso superior completo; entre os brancos, são 30,8%;
- O ensino básico não é universalizado: 81,9% das crianças de 5 a 14 anos estão no ensino fundamental. Cerca de metade dos jovens de 15 a 19 anos (51%) frequenta o ensino médio;
- A distorção idade-série para o ensino fundamental é de 18,4%, superior à brasileira (13,7%). A mesma tendência se repete no ensino médio, em que a taxa em Belém é de 38,6% (a nacional é de 25,3%);
- A rede municipal de ensino de Belém tem uma taxa de abandono no ensino fundamental (3,2%) maior do que a média brasileira de 1,5% dos entrevistados.



Saúde e Bem-estar

Filas, profissionais insuficientes e distância foram motivos citados por jovens ouvidos no processo de mapeamento participativo para evitar a rede pública de saúde, utilizando-a apenas em emergências. O território conta com três hospitais, uma Unidade Básica de Saúde, uma Unidade Municipal de Saúde e uma Unidade de Saúde da Família, mas os moradores entrevistados citaram problemas de infraestrutura e equipes reduzidas.

- A saúde mental é motivo de preocupação entre os jovens e afeta crianças. Em 2021, 17% dos casos de suicídio no município envolveram indivíduos de 10 a 14 anos;
- Meninas e mulheres apresentam maior risco de violência interpessoal e autoprovocada, perfazendo até 95% dos casos na faixa etária de 20 a 29 anos;
- Entrevistados apontaram a ausência de iniciativas de difusão de informações sobre saúde e educação sexual nos sistemas de saúde e educação. Em Belém, 15,8% das meninas de 15 a 17 anos estão grávidas;
- A taxa de mortalidade materna em Belém é de 98 para cada 100 mil nascidos vivos, quando no Brasil é de 58,8.

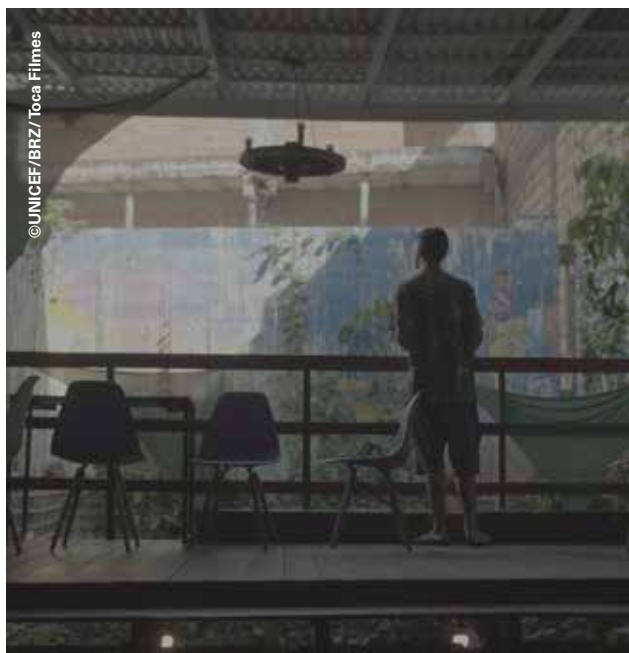




Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

Os jovens e os líderes comunitários ouvidos pelo mapeamento participativo percebem o Guamá como um território perigoso. Disputas territoriais entre milícias e facções criminosas aumentam os riscos para os jovens e ganham destaque na imprensa. O problema se agrava com abordagens policiais violentas, nas quais os jovens apontam um viés racial que atinge pretos e pardos. O Guamá conta com dois Centros de Convivência, uma Unidade de Acolhimento e uma unidade do CRAS. Para acessar o Conselho Tutelar é preciso ir ao bairro vizinho, Cremação.

- A taxa de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos em Belém é de 87,25 por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional (45,76);
- 20,9% dos homens e 13,8% das mulheres maiores de 18 anos já sofreram algum tipo de violência;
- A exploração sexual de adolescentes é uma preocupação dos gestores públicos. Em 2021, foram notificados 498 casos de violência sexual contra indivíduos de 10 a 29 anos na cidade.



Inclusão Socioprodutiva

O acesso a oportunidades de trabalho é uma das principais preocupações dos jovens do Guamá. Em Belém, jovens de 14 a 29 anos ocupam 19% das vagas formais, especialmente nos setores de serviços, construção civil, indústria e agropecuária. Até 2022, o território do Guamá contava com apenas sete equipamentos de lazer e cultura. Dentre estes, a principal referência era o Espaço Cultural Nossa Biblioteca, local de formação de leitores. Em janeiro foi inaugurada a Usina da Paz, que além de serviços médicos e jurídicos, oferece cursos, biblioteca e espaços esportivos.

- Para os entrevistados, políticas de geração de emprego e renda são essenciais, já que os jovens não encontram oportunidades no próprio bairro e, ao tentarem obter trabalho fora do Guamá, sofrem preconceito dos possíveis empregadores;
- Os grupos enfatizaram a importância de projetos de capacitação para expandir as oportunidades dos jovens e consideram as organizações da sociedade civil como importantes parceiras na execução destes programas;
- A insuficiência do transporte público e a violência presente no território dificultam ainda mais o acesso a oportunidades de trabalho;
- No município de Belém, em 2022, 45,3% da população estavam inscritos no Cadastro Único Federal (CadÚnico), que facilita acesso a programas sociais. Destes, 70,6% estavam em situação de pobreza e 63% recebiam o Auxílio Brasil.

Amazônia legal

MANAUS > COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

O bairro Colônia Antônio Aleixo está localizado a sudeste do município de Manaus, nas margens do encontro das águas do rio Negro com o rio Solimões. Na década de 1930, o local foi sede de pavilhões construídos para abrigar a população da região Nordeste que migrava para trabalhar nos seringais. Nos anos 40, as construções foram convertidas em locais de tratamento para pessoas com hanseníase. Após a desativação do hospital, o bairro cresceu com grande presença de aglomerados subnormais, que hoje ocupam 90% do seu território, e graves deficiências de infraestrutura.



População

19.626	habitantes
7.850*	de 0 a 19 anos
49%	da população são mulheres
81%	da população são negros

* Estimativa



Equipamentos

10	Estabelecimentos públicos de educação, sendo um de ensino médio
7	Estabelecimentos de saúde pública
1	CRAS
1	Equipamento de Cultura e Lazer



Educação que Protege

Alguns indicadores educacionais de Manaus são melhores do que os do país e da região. A proporção da população sem instrução (19,6% das mulheres e 21,1% dos homens) é menor do que a nacional (33,8%) e regional (37,7%). A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental é de 12,6%, enquanto no Brasil é de 13,7%. No entanto, os relatos obtidos em oficinas trazem a percepção de descuido e insuficiência na rede de ensino do território.

- A estrutura das escolas foi descrita nos encontros com moradores como precária e insuficiente. Os jovens relataram falta de locais adequados para atividades como esportes, pesquisa em bibliotecas e informática;
- Não há escola de tempo integral e apenas uma unidade oferece classes de ensino médio;
- Para acessar universidades ou cursos profissionalizantes, os jovens precisam enfrentar deslocamentos de pelo menos uma hora;
- A evasão escolar é uma preocupação de gestores e lideranças comunitárias no bairro e é agravada por vulnerabilidades sociais. A rede municipal de ensino de Manaus tem uma taxa de abandono no ensino fundamental (1,3%) pouco inferior à média brasileira, de 1,5%.



Saúde e Bem-estar

Os moradores da Colônia Antônio Aleixo relatam problemas constantes na rede de saúde pública do bairro, formada por três hospitais, duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e duas Unidades de Saúde da Família. A percepção dos atores locais é a de que o território recebe menos recursos financeiros e humanos do que outros bairros da cidade.

- Segundo jovens, líderes comunitários e gestores públicos ouvidos, as equipes trabalham sobrecarregadas e faltam profissionais e exames específicos nos equipamentos de saúde;
- Pessoas de 10 a 29 anos representam 45,8% dos casos de suicídio no município. A faixa etária entre 10 e 14 anos apresentou 18,6% do total;
- Os jovens não têm conhecimento de atividades voltadas à prevenção da gravidez indesejada e de infecções sexualmente transmissíveis. A proporção de meninas de 15 a 17 anos grávidas é maior no município de Manaus (16,9%) do que no Brasil (15,7%);
- A taxa de mortalidade materna entre 15 e 19 anos em Manaus é de 73,9 por 100 mil nascidos vivos, mais do que o dobro da média da cidade (31,2).



©UNICEF/BRZ/Toca Filmes



Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

Segundo levantamento da Associação Beneficente Pequeno Nazareno, feito em 2017, 78% das crianças envolvidas no trabalho infantil nos sinais em Manaus residem na Zona Leste. Dentre estas, 88,5% são moradoras da Colônia Antônio Aleixo. Em 2021, pesquisa da Prefeitura de Manaus registrou 234 crianças em situação de rua ou mendicância na cidade.

- A cidade de Manaus teve um aumento de 26,3% no número de vítimas de homicídios entre 2019 e 2021. O município de Manaus apresenta taxa de homicídio entre jovens de 15 a 29 anos maior (107,18 por 100 mil habitantes) do que as médias da região Norte (90,55) e do Brasil (45,76);
- Em 2021, Manaus também teve 229 casos notificados de violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos;
- De acordo com os entrevistados, o envolvimento com o tráfico é uma das principais causas de homicídio de jovens no bairro;
- Apenas uma unidade do CRAS atende ao bairro; entrevistados destacaram que o equipamento está sobrecarregado;
- Não existe Conselho Tutelar no território. O mais perto está a 17 km de distância.



Inclusão Socioproductiva

Adolescentes e jovens representam 27% dos empregados em vagas formais de trabalho em Manaus. A maioria dos jovens empregados no mercado formal trabalha nos setores de serviços. No entanto, na Colônia Antônio Aleixo, os relatos são de dificuldade de acesso a essas oportunidades.

- No município de Manaus, 38,2% da população estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Dos cadastrados, 74% se encontram em situação de pobreza;
- Afastado do centro de Manaus, o território enfrenta dificuldades de mobilidade. O sistema de transporte público conta com apenas duas linhas, não existem ciclovias e o tempo para acesso à faculdade mais próxima é de no mínimo uma hora;
- Participantes dos grupos focais afirmam que os trajetos no território são inseguros, o que dificulta ainda mais a mobilidade;
- O Centro de Referência Esportiva do Amazonas (CRE Amazonas) é o único equipamento de esporte, cultura e lazer;
- Seis organizações comunitárias são oficialmente registradas no território. Os entrevistados enfatizaram que o alcance de projetos sociais é menor do que o esperado, principalmente pela falta de estrutura e apoio governamental;
- O “Projeto Gente Grande” é uma referência para os jovens, contando com serviço de assistência social e articulação com a Unidade Básica de Saúde (UBS).

Amazônia legal

SÃO LUÍS > CIDADE OPERÁRIA

Situada na periferia de São Luís, a macrorregião Cidade Operária é composta pelos bairros Cidade Operária e Cidade Olímpica. A ocupação do território se deu nas décadas de 1960 e 1970, quando a construção de pontes e rodovias atraiu trabalhadores do campo. Nos anos 1970 e 1980, grandes conjuntos habitacionais deram origem ao bairro, que continuou a se expandir com ocupações dos terrenos livres.



População

39.058 moradores

12.507* de 0 a 19 anos

54% da população são mulheres

78% da população são negros

* Estimativa



Equipamentos

52 Estabelecimentos públicos de educação

10 Unidades de saúde

6 Equipamentos de proteção

13 Equipamentos de cultura, esporte e lazer



Educação que Protege

Cidade Operária conta com 30 escolas municipais, 15 estaduais e sete comunitárias. Ainda assim, gestores públicos e lideranças comunitárias consideram a oferta de equipamentos públicos de educação insuficiente, especialmente para os jovens que querem ingressar no ensino médio. Para estes, a alternativa é buscar escolas em outros bairros.

- Os entrevistados relataram que boa parte dos equipamentos escolares está degradada. Faltam bibliotecas, instalações esportivas e de informática;
- Em São Luís, segundo dados do INEP de 2021, 85,7% das crianças de 5 a 14 anos têm acesso ao ensino fundamental, enquanto 45% dos jovens de 15 a 19 anos têm acesso ao ensino médio;
- A evasão escolar foi apontada como um dos maiores problemas na região e muitas vezes é provocada pela necessidade de assumir os cuidados da casa ou de trabalhar para complementar a renda da família;
- A rede municipal de ensino de São Luís tem uma taxa de abandono escolar no ensino fundamental (5,2%) significativamente maior do que a média brasileira de 1,5% (INEP, 2021);
- A taxa de distorção idade-série em São Luís é de 15,1% para o ensino fundamental, enquanto no Brasil é de 13,7%. Esta tendência se inverte no ensino médio, em que a distorção em São Luís é de 19,6% e no Brasil é de 25,3% (INEP, 2021).



Saúde e Bem-estar

A macrorregião da Cidade Operária conta com um hospital, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), três Unidades de Saúde da Família (USF) e quatro Centros de Saúde (CS). O maior ponto de atenção trazido pelos atores da Cidade Operária é a sobrecarga dos estabelecimentos.

- Gestores públicos destacam a falta de recursos financeiros e humanos para atender à demanda do território, o que precariza o funcionamento das unidades locais. Segundo depoimentos, muitos habitantes deixam de buscar os equipamentos devido à distância;
- Os entrevistados relataram diversas situações de violência autoprovocada. No entanto, não há um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPSi) na localidade. Atendimentos pontuais são providos por organizações sociais locais;
- Em 2021, 58% dos suicídios ocorridos em São Luís foram praticados por jovens entre 10 e 29 anos; entre os casos de violência interpessoal e autoprovocada na mesma faixa etária, meninas e mulheres são mais de 82%, chegando a 93,8% na faixa de 10 a 14 anos;
- Em São Luís, 14% das grávidas têm de 15 a 17 anos, proporção menor que a nacional (15,7%). A taxa de mortalidade materna de 15 a 19 anos (33,1 por mil nascidos vivos) e de 20 a 29 (38) na capital maranhense é bem menor do que a brasileira (58,8);
- Já a taxa de mortalidade infantil (17,4 a cada mil nascidos vivos) é mais elevada do que a nacional (12,4).



Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

Segundo levantamento realizado pela organização social Cidade Escola Aprendiz, 5,1% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Maranhão trabalham. O trabalho infantil e juvenil é exercido principalmente por indivíduos negros (80,3%) e do sexo masculino (69,4%), que trabalham no ramo de comida, bebidas e fumo; manutenção de veículos; e serviços domésticos, entre outras atividades. Os entrevistados da Cidade Operária relataram casos em que crianças são impedidas de frequentar a escola e de participar de outras atividades para trabalhar.

- 24% dos homens e 23,1% das mulheres maiores de 18 anos já sofreram algum tipo de violência no município, enquanto a média nacional é de 17%;
- São Luís apresenta taxas oficiais de homicídio entre jovens de 15 a 29 anos maiores (53,4 por 100 mil habitantes) do que a média nacional (45,8); em 2021, segundo dados do Datasus, o município teve 180 casos notificados de violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos;
- O envolvimento com o tráfico foi apontado como uma das principais causas de casos de violência e homicídios de jovens no bairro;
- O território conta com quatro CRAS, um Conselho Tutelar e a instituição de acolhimento Casa Lar. Os entrevistados afirmaram que as unidades estão sobrecarregadas, mas reconhecem que as equipes destes equipamentos realizam ações que visam ao fortalecimento da convivência e à formação de vínculos com a comunidade;
- Pelo menos 12 organizações sociais e comunitárias atuam na Cidade Operária.



Inclusão Socioproductiva

A falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho e de geração de renda é apontada como um dos principais problemas pelos atores sociais de Cidade Operária. Em 2020, 33,5% da população total de São Luís estavam trabalhando; adolescentes e jovens de 14 a 29 anos representam 21% do mercado de trabalho formal da capital. Já no território, os relatos são de dificuldades no acesso ao trabalho digno.

- A maioria dos jovens ocupados tem empregos no setor de serviços, seguido de comércio, construção civil, indústria e agropecuária;
- Participantes de grupos focais destacaram a importância de oferecer novas perspectivas aos jovens através do incentivo ao empreendedorismo, em iniciativas que articulem o governo e as organizações da sociedade civil;
- A oferta de transporte público é limitada em algumas áreas do território, dificultando a ida aos locais de trabalho e estudo. A circulação dentro do território é restringida pela percepção, por parte dos moradores, de que o espaço não é seguro;
- Cidade Operária conta com um equipamento de cultura, oito de lazer e quatro de esporte, que compõem a estrutura de entretenimento na Cidade Operária, além de 12 organizações sociais e comunitárias.





© UNICEF/BRZ / raoni libório

Nordeste

FORTALEZA > GRANDE JANGURUSSU

Um dos bairros mais populosos de Fortaleza, o Jangurussu, tem cerca de 55 mil habitantes e está conectado a outras seis localidades, que formam o chamado Grande Jangurussu. A história do bairro está ligada a um aterro sanitário, desativado em 1986, em torno do qual se estabeleceu uma comunidade de 1.500 catadores. A partir dos anos 2000, houve investimentos públicos e privados na região, mas o Grande Jangurussu ainda apresenta muitos desafios. Alguns equipamentos e órgãos públicos importantes estão ausentes e há apenas duas ONGs no território. Nas oficinas, a falta de locais públicos adequados e seguros para o lazer foi apontada pelos moradores como um problema.



População

96 mil	habitantes
36.555	de 0 a 19 anos
51,74%	da população são mulheres
70,84%	da população são negros



Equipamentos

38	Escolas e creches
12	Unidades de saúde
3	CRAS
6	Equipamentos/espços de cultura, esporte e lazer
1	Delegacia



Educação que Protege

O Grande Jangurussu conta com 16 creches, 22 escolas e quatro unidades que oferecem as classes de ensino médio. No entanto, a distribuição dos equipamentos nem sempre acompanha a densidade populacional das várias regiões do território, o que pode implicar falta de vagas ou contribuir para o abandono escolar. Os indicadores de Educação apresentaram melhora nos últimos anos no Grande Jangurussu. Alguns resultados podem ter sido influenciados no período da pandemia da Covid-19 por políticas educacionais específicas para aquele momento de crise. Mas, mesmo antes da crise sanitária, a taxa de abandono no território do ensino médio apresentou uma redução positiva, passando de 7% em 2015 para 3,5% em 2019.

- No ensino fundamental, o percentual de alunos com dois anos ou mais acima do esperado para a série caiu de 26,4%, em 2015, para 11,78%, em 2021. Ainda assim, permaneceu superior ao do Ceará, onde a Taxa de Distorção Idade-Série (TDI) é de 9,7%. No ensino médio a redução da taxa foi menor – de 41,46%, em 2015, para 32,82%, em 2021 – e continua acima da estadual, de 21,1%.
- Houve aumento na taxa de aprovação dos alunos. No ensino fundamental, o percentual de aprovados, que era de 88,7% em 2015, chegou a 99,5% em 2021. No ensino médio, a taxa de aprovados passou de 85,6%, em 2015, para 92,7%, em 2019.
- Apesar de um aumento em 2020, causado pela pandemia da Covid-19, a taxa de abandono teve queda expressiva no ensino fundamental: de 2,78, em 2015, para 0,48, em 2021.
- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que era de 3,14 em 2005, chegou a 6,22 em 2019 – próximo do IDEB estadual no mesmo ano (6,4). Em 2021, o IDEB das escolas do Grande Jangurussu foi reduzido para 5,99.



Saúde e Bem-estar

O Grande Jangurussu conta com uma rede diversificada de unidades de saúde, formada por nove unidades de Atenção Primária à Saúde, uma policlínica, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e um hospital. Apesar disso, nas oficinas realizadas com adolescentes e adultos, houve relatos da dificuldade de acessar os serviços.

- Não há Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Grande Jangurussu; os moradores do território são atendidos por duas unidades em áreas próximas, uma das quais dedicada ao público infantil. Os registros de atendimentos em 2020-2021, na maioria fornecidos pelo CAPS infantil, indicam o predomínio de casos entre 10 e 19 anos (54,24%). Chama a atenção o percentual de atendimentos de crianças entre 5 e 9 anos: 28,48%;
- 54% dos atendimentos de pré-natal nas unidades do bairro foram para gestantes entre 20 e 29 anos; 2,7% das atendidas tinham entre 10 e 15 anos;
- Saúde bucal: a avaliação dos registros mostra ausência de crianças com menos de um ano de idade. Crianças de até 4 anos são apenas 7,23% do total;
- Puericultura: a média de consultas médicas na rede pública por criança até 1 ano de idade é de 1,6. O Ministério da Saúde recomenda sete consultas nesse período.





Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

Nas oficinas realizadas durante o mapeamento, relatos de situações de violência, seja entre facções criminosas, seja nas ações das forças policiais, foram frequentes. O território do Grande Jangurussu não conta com Conselho Tutelar. Existem dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela prevenção de situações de vulnerabilidade ou de risco social, mas não há um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferece atenção especializada para indivíduos e famílias em situação de ameaça ou de violação de direitos, no território.

- A Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) mantém na região o Programa Rede Aquarela, dedicado a implementar a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil;
- De 147 casos atendidos pelo Rede Aquarela entre 2017 e 2021, 91% foram relacionados à violência sexual. Entre as vítimas, 81% eram do sexo feminino. A maioria (46,53%) tinha entre 11 e 15 anos, mas houve percentuais altos de crianças entre 2 e 5 anos (18%) e 6 e 10 anos (22,92%);
- Outro programa da FUNCI é o Ponte de Encontro, voltado para o atendimento de crianças em situações de mendicância e trabalho infantil. De um total de 883 crianças, 15 estavam relacionadas ao Grande Jangurussu. O programa realiza encaminhamentos para os CRAS e visitas domiciliares.
- Os atendimentos de adolescentes em medida socioeducativa acompanhados pelo CREAS Alvorada, unidade de referência para o Jangurussu,⁸ chegaram a 520 em 2015, mas a partir daquele ano se reduziram fortemente. Em agosto de 2022, houve apenas 30 casos.

⁸ A unidade está situada no bairro Sapiranga.



Inclusão Socioprodutiva

As oportunidades disponíveis para os adolescentes foram discutidas com os adolescentes nas oficinas realizadas durante o mapeamento participativo. Um dos espaços de referência para os jovens é a unidade da Rede Cuca, um equipamento público que oferece atividades culturais e esportivas, além de atendimento psicológico e incentivo ao protagonismo juvenil. No seminário realizado ao fim do processo de escuta, os participantes apontaram que a oferta de oportunidades precisa ganhar capilaridade, chegando a todo o território.

- A dificuldade de encontrar emprego é uma das preocupações para os entrevistados, que apontaram o racismo como um dos fatores que dificultam ainda mais a busca;
- Para parte dos jovens, os cursos profissionalizantes oferecidos no território têm curta duração e não preparam para a disputa no mercado de trabalho;
- O acesso ao transporte público foi considerado bom.
- Além do Cuca, o território conta com 2 areninhas, 5 quadras/campos esportivos, 4 praças e três centros culturais⁹ que oferecem atividades de lazer e cultura.



⁹ Mova – Movimento Vida Através da Arte, Coletivo Jangurussu e Instituto Veridiana



Nordeste

RECIFE > IBURA

Antiga sede de engenho, o Ibura fica na região Sudoeste de Recife, na divisa do município de Jaboatão dos Guararapes. A ocupação se acelerou a partir da década de 1930. Na década de 1940, uma parte do território se tornou um campo de aeronaves, que daria origem ao Aeroporto dos Guararapes. No mapeamento participativo, foi analisado o Grande Ibura, território que inclui parte dos bairros Cohab e Jordão.



População

50.617 moradores

16.945 de 0 a 19 anos

52,91% da população são mulheres

65,53% da população são negros



Equipamentos

29 Escolas, 8 creches

22 Unidades de saúde

2 CRAS, 6 organizações comunitárias, 3 projetos sociais, 1 Conselho Tutelar, 1 COMPAZ

40 praças, 1 quadra esportiva, 3 espaços de cultura e arte



Educação que Protege

O Grande Ibura conta com 29 escolas e oito creches. O número de escolas do ensino fundamental é significativo, mas as escolas estaduais que oferecem ensino médio são apenas três no território, o que exige que os jovens se desloquem para outros bairros. Um dos cinco equipamentos dedicados ao ensino profissionalizante disponíveis em Recife está no Grande Ibura.

- No ensino fundamental, a taxa de distorção idade-série no Grande Ibura é historicamente inferior à taxa estadual. Em 2021, a taxa se reduziu para 12,35%, abaixo da observada na capital Recife (15,1%). A redução pode ter sido influenciada por políticas implementadas durante a epidemia da Covid-19;
- A taxa de aprovação para os anos finais do ensino fundamental tem aumentado desde 2017, ultrapassando a dos anos iniciais e a do ensino fundamental como um todo nos anos de 2018 e 2019. Em 2020 e 2021, a aprovação foi de 100%, ou próximo disso;
- Mesmo antes da pandemia, a taxa de reprovação dos anos finais do ensino fundamental era baixa: 1,86% em 2019. No mesmo ano, o ensino fundamental como um todo tinha taxa mais alta: 5,19%. Em 2020 e 2021, a taxa de reprovação no ensino fundamental em geral ficou abaixo de 1%;
- Nas oficinas realizadas pelo mapeamento participativo, houve queixas de que nem sempre é possível encontrar vagas em escolas perto de casa, o que por vezes impede o acesso ao estudo, especialmente quando a família tem crianças estudando em escolas e horários diferentes. Durante a parte qualitativa do mapeamento participativo, uma mãe relatou que teve de deixar um filho fora da escola, pois não teria como se deslocar para buscar seus dois filhos, matriculados em duas instituições.



Saúde e Bem-estar

Uma rede diversificada atende ao Grande Ibura, com 15 unidades de atenção primária à saúde, dois centros de saúde, duas polí-clínicas, um Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPS AD), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e uma maternidade. Mas a falta de equipamentos de atenção secundária, de um CAPS dedicado a um público amplo e de centros especializados em saúde obriga os moradores a buscar atendimento em outros bairros.

- Entre 2015 e 2022, no Grande Ibura, 16,49% das mães tinham entre 10 e 19 anos no momento do parto;
- No mesmo período, apenas 35% das mães passaram por sete ou mais consultas de pré-natal, meta de atendimentos recomendada pelo Ministério da Saúde;
- O número de crianças em aleitamento materno exclusivo vem aumentando, subindo de 389 em 2021 para 429 em 2022. No entanto, em 2022, só 52 crianças de até 2 anos tinham atingido o número recomendado de nove consultas de puericultura;
- Desde 2020, a taxa de mortalidade infantil teve aumento expressivo no bairro do Ibura, passando de 9,6 por mil nascidos vivos, em 2020, para 18,54, em 2022;
- Participantes de oficinas queixaram-se de que necessitam “dormir na fila” para serem atendidos e da falta de especialistas.





Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

As mortes por causas externas (homicídio, suicídio e acidentes) ocorrem em número expressivo. No Grande Ibura, entre 2015 e 2022, houve 1.344 registros, dos quais 43,55% envolvendo crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos. Na maior parte dos casos, a vítima é do sexo masculino (80,31%), parda (74,40%) e com idade entre 20 e 29 anos (30,35%). Indivíduos na faixa etária de 10 a 19 anos foram 12% dos casos; há pelo menos uma morte de adolescente por causas externas por mês, o que indica uma vulnerabilidade crônica no território. Em 2022, já no âmbito da #Agenda-CidadeUNICEF, a Prefeitura de Recife deu início à construção do COMPAZ do Ibura, centro comunitário dedicado à prevenção da violência e inclusão social.

- Em 646 casos de violências não letais registrados de 2015 a 2022, o tipo de violência mais frequente foi a física (45,20%), seguida pela violência sexual (27,55%) e negligência (19,20%). A maior parte das vítimas tem entre 15 e 19 anos (51,55%), é parda (64,65%) e do sexo feminino (60,84%);
- O território é atendido por dois CRAS. Em janeiro de 2023, os dois equipamentos acompanhavam 755 famílias;
- A região conta com Conselho Tutelar, mas não com um Centro de Referência de Assistência Social (CREAS).



Inclusão Socioproductiva

Não foram identificadas praças na região administrativa do Ibura, onde há uma quadra poliesportiva e três espaços culturais – há praças do outro lado da rodovia Governador Mário Covas no Recife, na COHAB. Na oficina com os adolescentes, eles se queixaram da conservação das praças e da sua distribuição desigual no território. A construção da unidade da Rede COMPAZ, citada acima, poderá ser um importante acréscimo à estrutura de lazer, cultura e sociabilidade.

- A pesquisa identificou um número expressivo de associações, projetos sociais, e centros comunitários – dez ao todo, a maioria no bairro Cohab;
- Um local destacado pelos moradores ouvidos é o Centro Comunitário Mario Andrade de Lima, espaço de acolhimento e orientação para acesso a políticas públicas.



©UNICEF/BRZ/ Ueslei Marcelino



Nordeste

SALVADOR > VALÉRIA

O bairro de Valéria fica a noroeste de Salvador e margeia a BR-324, principal rodovia de acesso à capital. No final da década de 1960, o território, que abrigava fábricas, pedreiras e transportadoras, começou a ser povoado a partir da construção de conjuntos habitacionais e, depois, por ocupações informais. De acordo com a Prefeitura, o território de Valéria tem 12,2 km² e uma densidade populacional de 2.147 pessoas por km².



População

26.210 habitantes

9.432 de 0 a 19 anos

51,14% da população são mulheres

85,09% da população são negros



Equipamentos

5 Unidades de saúde

15 Escolas (inclui 2 particulares e 1 comunitária)

2 CRAS e 1 Conselho Tutelar

1 Prefeitura Bairro

1 Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU)



Educação que Protege

O bairro conta com seis unidades públicas dedicadas à educação infantil e ao ensino fundamental I. Duas escolas privadas participam do projeto “Pé na Escola”, da Prefeitura de Salvador, que visa aumentar o número de vagas para crianças em idade pré-escolar. Colégios estaduais oferecem aulas do ensino fundamental II em três unidades, e ensino médio em duas escolas. Em três estabelecimentos são oferecidas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- As taxas de evasão escolar variam entre as unidades: em algumas, chegam a 15% e 9%; em outras, não há registro de abandono das aulas;
- Os estabelecimentos de ensino em Valéria têm menos matriculados do que sua oferta máxima de vagas. Mesmo assim, segundo relatório produzido pelo Núcleo de Apoio à Primeira Infância que compõe o Comitê Gestor da #AgendaCidadeUNICEF, 120 crianças não frequentam creches;
- Em 2021, o IDEB do Ensino Fundamental I foi 5,4, próximo do municipal (5,3) e muito acima do estadual (3,5). Já as escolas do ensino médio tiveram IDEB de apenas 3,3, semelhante ao do estado (3,2);
- Dos alunos matriculados nos dois colégios estaduais que oferecem ensino médio, menos de 50% fizeram o Enem. O rendimento médio nos dois estabelecimentos ficou abaixo de 470 pontos, abaixo de 50%.



©UNICEF/Brazil/Manuela Cavadas



Saúde e Bem-estar

Do ponto de vista da gestão de saúde pública municipal, o território de Valéria está integrado ao Distrito Sanitário São Caetano/Valéria (DSSCV), que abrange 35 bairros da capital baiana. O bairro conta com quatro Unidades de Saúde da Família (USF) e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Indicadores como o de mortalidade infantil mostram melhora, mas o distrito é o terceiro de Salvador em lesões autoprovocadas.

- Segundo a Prefeitura de Salvador, o percentual da população coberta pela atenção básica passou de 56,7%, em 2015, para 78,1%, em 2020. A cobertura da Estratégia de Saúde da Família aumentou de 39,3%, em 2015, para 70%, em 2020;
- Os percentuais relativos aos nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal aumentaram entre 2010 (45%) e 2020 (60,6%), o que pode sugerir a relevância do atendimento que busca garantir a saúde da gestante e do feto;
- O coeficiente de mortalidade infantil¹⁰ foi reduzido entre 2010 (20,4) e 2020 (15,1). A taxa de mortalidade infantil pós-natalidade variou de 5,87 (2011) para 3,49 (2019);
- Entre 2018 e 2021, o Distrito Sanitário de São Caetano/Valéria teve 493 registros de lesões autoprovocadas na faixa etária até 19 anos;
- Entre 2009 e 2019, o distrito teve 1.298 notificações de violência interpessoal e autoprovocadas na faixa etária entre 1 e 19 anos. O maior número de casos ocorreu entre adolescentes de 15 a 19 anos.

¹⁰ O coeficiente de mortalidade infantil (CMI) é calculado dividindo-se o número de crianças que morreram no primeiro ano de vida pelo número de nascidos vivos no mesmo período, multiplicando-se por 1.000.



Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

O território de Valéria conta com dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já o Conselho Tutelar encontra-se sem sede física, e a reinstalação deste equipamento, assim como a reativação do uso do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) foram propostas de líderes comunitários e técnicos municipais incluídas no Plano de Ação da #AgendaCidadeUNICEF.

- Entre 60 adolescentes entrevistados durante o mapeamento participativo, 48 consideram o bairro inseguro;
- De acordo com o descrito no Plano Municipal de Saúde de Salvador para Infância e Adolescência 2022-2030, a principal razão de morte por causas externas na população de 0 a 19 anos em Salvador é o homicídio, com 73,1% de casos, seguido por demais causas com 10,5% e outros acidentes com 6,4%;
- Em Valéria, dados de 2021 da Secretaria Municipal de Saúde apontam 82,5 óbitos para cada 100 mil habitantes de 0 a 19 anos; 37% das mortes por causas externas foram homicídios. Segundo a Secretaria, 75% dos mortos nesta faixa etária eram pardos;
- Nas estatísticas de violência doméstica e sexual, a faixa etária de 20 a 34 anos é a mais afetada. O número de casos, que havia decrescido nos anos 2020 e 2021, voltou a subir em 2022, especialmente entre adolescentes de 10 a 14 anos;
- De acordo com a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), os registros de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil se reduziram de 10 cadastros em 2020 para seis em 2021;
- O Censo da PNAD contínua mostra um percentual de 4% de crianças entre 10 e 14 anos com ocupação e renda mensal. O IBGE tem uma caracterização geográfica diferente do território e considera uma população de 193 mil habitantes.



Inclusão Socioprodutiva

Os dados da PNAD contínua do IBGE indicam as linhas gerais sobre trabalho e renda no território de Valéria. Entretanto, o Instituto considera Valéria um território maior, que soma uma população de 193 mil pessoas, mais de sete vezes o número de habitantes calculado pela Prefeitura. De acordo com os relatos dos moradores, o Centro de Artes e Esportes Unificados é uma importante referência cultural no lugar, que também conta com uma biblioteca, um centro poliesportivo e seis praças.

- Segundo o IBGE, quase 25 mil pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e mais da metade das moradias (33 mil) têm uma renda que varia entre R\$ 127,5 e R\$ 510. Apenas 6% da população ganham mais de um salário mínimo;
- Já os dados do Cadastro Único para o distrito São Caetano/Valéria registram 11.272 famílias cadastradas (25.889 pessoas). Recebendo Bolsa Família, são 7.629. As famílias em situação de extrema pobreza totalizam 7.439, representando 66% daquele território; mais de 10% encontram-se na pobreza;
- Segundo dados da PNAD, 57% da população de Valéria trabalham. O Censo de 2010 mostrou que os indivíduos de 10 a 29 anos foram responsáveis por 23% de toda a renda da comunidade;
- Valéria conta com 17 linhas de ônibus para outros pontos de Salvador, o que facilita o deslocamento da população.



©UNICEF/BRZ/Manuela Cavadas

Sudeste

RIO DE JANEIRO > PAVUNA

Situada às margens do rio Pavuna, que separa o município do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, a região da Pavuna foi sede de fazendas e engenhos de açúcar. A partir de 1930, as terras começaram a ser divididas em loteamentos. Com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, a área passou a atrair indústrias e novos moradores. Hoje, a Região Administrativa (RA) da Pavuna é formada pelos bairros Acari, Barros Filho, Coelho Neto, Costa Barros, Parque Colúmbia e Pavuna. Na região estão localizados os complexos de favelas do Chapadão e Pedreira. Em 2020, Pavuna ficou em penúltimo lugar no Índice de Progresso Social (IPS), que avalia indicadores socioambientais, de qualidade de vida e desenvolvimento humano. Em 2019, 22.276 famílias da RA da Pavuna estavam inscritas no CadÚnico; cinco em cada dez, aproximadamente, dependiam de programas de transferência de renda.



População

204.192	habitantes
27%	de 0 a 19 anos
52%	da população são mulheres
61%	negros*



Equipamentos

61	Unidades de educação
12	Unidades de saúde
3	CRAS e 1 CREAS
1	Conselho Tutelar

* O percentual varia entre os bairros que formam a Região Administrativa. São eles, de acordo com o Censo de 2010: Acari, 65%; Barros Filho, 63%; Coelho Neto, indisponível; Costa Barros, 70%; Parque Colúmbia, 61%; e Pavuna, 61%.



Educação que Protege

A Região Administrativa da Pavuna conta com 15 creches, 13 Espaços de Desenvolvimento Infantil e 33 escolas. Em 2021, estes estabelecimentos ofereceram 3.924 vagas de educação infantil e 9.102 de ensino fundamental. Mesmo assim, o total é insuficiente para o número de crianças no território: são 13.264 crianças de 0 a 4 anos de idade, 13.319 de 5 a 9 anos, e 13.701 de 10 a 14 anos. Em entrevista com os pesquisadores do mapeamento participativo, a coordenação da Secretaria Municipal de Educação garantiu que em 2022 a capacidade de atendimento foi aumentada por meio de parcerias com organizações privadas para a gestão de unidades públicas. Permanece o desafio de oferecer vagas próximas a casa, já que os equipamentos não se distribuem igualmente pelo território.

- Algumas escolas da Pavuna ocupam o topo de rankings do IDEB e de avaliações como a Prova Rio. Mas, em 2020, a média de qualidade do ensino fundamental nos anos iniciais ficou em 5,44 – abaixo da média da cidade (5,79). Nos anos finais do segmento, a média pavunense foi de 4,36, bem abaixo da nota carioca (5,44);
- No ensino médio, o percentual de abandono escolar em 2020 foi de 18%, bem superior ao da cidade (12%). Apenas 6% das pessoas com 25 anos ou mais completaram o ensino superior. Na Lagoa, bairro de alta renda da Zona Sul do Rio de Janeiro, o índice é de 58%, e na cidade é de 21%;
- Entre os habitantes de 15 anos ou mais, 6% são analfabetos, o dobro da média da cidade. Só 42% dos alunos de escolas públicas são alfabetizados até o 3º ano do ensino fundamental.



Saúde e Bem-estar

Segundo a Superintendência de Saúde da região, a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) alcança todo o território. Ao todo, 63 equipes de saúde da família, 21 equipes de saúde bucal e 1 equipe de consultório de rua trabalham na comunidade para oferecer atendimento médico e ações preventivas. Apesar disso, moradores ouvidos disseram ter dificuldade em obter atenção dos agentes. A Região Administrativa da Pavuna conta com 6 Clínicas da Família, 4 Centros Municipais de Saúde, 1 hospital e uma 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

- Na Região Administrativa (RA) não existem equipamentos voltados à saúde mental. A população precisa recorrer aos dois CAPS e ao CAPSI situados em um bairro próximo. Há dificuldade de obter atendimento, especialmente para casos leves e não emergenciais;
- Em 2019, 17% das adolescentes da Pavuna estavam grávidas – bem acima da média da cidade (12%). Há demanda por atuação maior dos órgãos públicos para a comunicação dos serviços oferecidos e de campanhas de conscientização;
- O projeto Cegonha Carioca, da Prefeitura, acompanha as gestantes no nono mês e as leva para a maternidade em outro bairro;
- Em 2020 a taxa de mortalidade materna foi de 125 por 100 mil nascidos vivos, muito superior à da cidade (81). Já a mortalidade infantil (3,37 por mil nascidos vivos) é igual à do município do Rio de Janeiro;
- Sobre insegurança alimentar, há percepções diferentes que variam entre “a situação está sob controle” e “muitas crianças dependem das escolas para se alimentarem”.



Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

As mortes violentas intencionais são um grave problema na Pavuna. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 42, mais do que o dobro da registrada na cidade (19). Com frequência, essas mortes são associadas a conflitos armados entre a polícia e facções criminosas.

- Em 2020, a taxa de homicídios de jovens negros foi de 14 por 100 mil, contra 5 por 100 mil do resto da cidade;
- No mesmo ano, a taxa de casos de violência contra a mulher – 189 por 100 mil – foi a mesma registrada na Lagoa e ficou abaixo da média da cidade (271 por 100 mil). Agentes públicos reconhecem que pode haver uma subnotificação de casos;
- Dados do Instituto Pereira Passos (IPP) apontam uma taxa de 30,53 crianças por 100 mil envolvidas em trabalho infantil, contra 3,77 na cidade como um todo;
- Nos seis bairros que compõem a RA, cinco a cada 10 famílias cadastradas no Cadastro Único eram beneficiárias do Programa Bolsa Família ou Cartão Família Carioca;
- Gestores e moradores consideram os 3 CRAS e 1 CREAS em atividade no local insuficientes para atenderem à região;
- A RA conta com cinco conselheiros tutelares, mas a coordenação reconhece a dificuldade de dar conta dos atendimentos.



Inclusão Socioprodutiva

O Censo de 2010 calculou que existem 1.357 empresas na Pavuna, que oferecem 26.047 vagas de empregos formais. Mas os jovens do território relatam que o acesso a essas oportunidades é dificultado por preconceitos.

- Na falta de oportunidades decentes de emprego, jovens buscam vagas informais, atuando como entregadores, mototaxistas e manicures, entre outras atividades;
- As oportunidades gratuitas de capacitação para o mercado de trabalho não são conhecidas pelos jovens que poderiam se beneficiar. Há formações realizadas por ONGs, igrejas e poder público, focadas em geração de renda, estética, empreendedorismo e administração;
- O programa Jovem Aprendiz, desenvolvido com a Prefeitura em parceria com negócios locais, é um dos mais relevantes no território e contribui para a permanência na escola.



Sudeste

SÃO PAULO > CIDADE TIRADENTES

Localizado no extremo da Zona Leste de São Paulo, o território da Cidade Tiradentes era ocupado por sítios até o fim dos anos 1970, quando teve início a construção de conjuntos de moradias populares. Os primeiros moradores se mudaram para um bairro ainda sem iluminação pública, calçamento ou comércio. Novos empreendimentos vieram e o crescimento foi tão rápido que o bairro passou de 8.603 habitantes em 1980 para 190.657 em 2010. Hoje, Cidade Tiradentes é um dos maiores territórios de São Paulo. O território tem 17 favelas, que reúnem 4% da população, e um percentual de negros superior ao da capital paulista.



População

237.832	habitantes
63.160	de 0 a 19 anos
52%	da população são mulheres
56%	da população são negros



Equipamentos

47	Unidades de ensino
22	Unidades de saúde
1	CRAS, 1 CREAS, 19 serviços conveniados
2	Conselhos Tutelares
10	Equipamentos de cultura, esportes e lazer



Educação que Protege

Cidade Tiradentes conta com uma rede educativa ampla, formada por 36 unidades de educação infantil, 10 escolas do ensino fundamental e uma escola municipal que oferece ensino médio. O acesso às creches públicas é um ponto positivo no território, onde funcionam 25 Centros de Educação Infantil e 11 creches conveniadas. Das crianças de 0 a 3 anos, 78% são atendidas pela rede pública, percentual que supera a média de São Paulo, que é de 58%. Segundo a Prefeitura, o tempo para conseguir uma vaga em creche é de sete dias, mas moradores afirmam que o tempo é maior.

- Em 2021, 96% das crianças de 4 anos ou mais estavam matriculadas em escolas públicas, o que indica que ainda há crianças fora da educação básica obrigatória. A situação é pior no ensino médio, onde dois a cada dez jovens de 15 a 17 não estão frequentando a escola.¹¹
- As escolas públicas de Cidade Tiradentes têm um dos IDEBs mais baixos de São Paulo: 5,4 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 4,9 nos anos finais;
- A taxa de abandono escolar é de 1%, a mesma do município de São Paulo. A taxa de distorção idade-série é de 7%, menor que a paulistana, de 8%;
- A escuta de jovens sobre o ambiente escolar revelou que *bullying* e brigas fazem parte do cotidiano, e que alguns professores assumem comportamentos agressivos.

¹¹ Não foi possível identificar se parte dos alunos não matriculados nas escolas da região estuda em outros bairros. Os dados também podem ter sido influenciados pela pandemia da Covid-19.



Saúde e Bem-estar

Cidade Tiradentes tem 13 unidades básicas de saúde, 2 ambulatórios especializados, 2 unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), 2 equipamentos de emergência, um Hospital Municipal, um CAPS e uma Unidade DTS/AIDS. Apesar da extensão e da diversidade da rede, a população de Cidade Tiradentes se queixa da falta de profissionais e da demora em obter atendimentos.

- Os indicadores da Prefeitura mostram que o tempo médio para obter uma consulta de clínica geral é de 14 dias; de pediatria, 17 dias. Já os moradores reclamam da falta de remédios e equipamentos e da dificuldade de conseguir acompanhamento psicológico continuado. Em 2021, foram realizadas 4 consultas com psicólogo para cada 100 habitantes;
- Em 2022, o bairro registrou 218 lesões autoprovocadas; 37% em pessoas com menos de 17 anos;
- Cidade Tiradentes tem a maior proporção da cidade de bebês nascidos de jovens com menos de 20 anos: 13%. Na cidade, a taxa é de 8,5%. Entre estas jovens mães, 70% são negras;
- Entre todas as gestantes, 87% iniciaram o pré-natal nos primeiros três meses de gravidez; 85% tiveram sete ou mais consultas;
- O bairro tem a maior proporção de partos ocorridos no SUS entre os distritos da capital (83%) e proporção menor de cesáreas (37%) que a cidade (50%).



©UNICEF/BRZ/ Fábio Hirata



Fortalecimento dos Mecanismos de Proteção

Cidade Tiradentes conta com 21 equipamentos de assistência social, 1 CRAS, 1 CREAS e 19 serviços conveniados, como Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) e Serviços de Proteção Social à Criança e Adolescente (SPVV), entre outros. Em 2020, a rede de proteção social básica ofereceu 1.430 vagas para crianças, adolescentes e jovens. Em 2019, o CREAS realizou 31.347 atendimentos. Ainda assim, a oferta não parece suficiente aos que convivem com as dificuldades locais. Os moradores têm a mesma percepção sobre os dois Conselhos Tutelares que atuam no território. Mortes violentas de adolescentes e crianças apresentam índices significativos.

- Em 2018, a taxa de crianças e adolescentes mortos por agressão (4 por 100 mil habitantes) foi maior do que a da cidade de São Paulo (2,5). Já a taxa de mortes de crianças e adolescentes por causas externas (acidentes e homicídios) foi 7 por 100 mil, menor do que a do município (11).
- Dos estupros registrados pela Polícia Civil da Cidade Tiradentes, 80% ocorreram com menores de 14 anos de idade. Em 2020, a taxa de atendimentos no SUS de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual foi de 79 por 100 mil, inferior à da cidade (108 por 100 mil);
- Em 2022, o 54º Distrito Policial, que atende ao bairro, registrou 42 estupros, dos quais 34 contra vulneráveis;
- Falta capacidade de atendimento nos equipamentos que deveriam atender às situações graves afetando crianças e adolescentes.

Em 2022, censo realizado pela Prefeitura identificou 13 crianças e adolescentes em situação de rua; apenas duas estavam acolhidas em equipamentos da assistência social.



Inclusão Socioprodutiva

As oportunidades de trabalho para jovens são escassas em Cidade Tiradentes. O bairro é o distrito com a menor oferta de empregos formais da cidade: há três vagas para cada 100 pessoas. Os jovens do bairro trabalham no setor de serviços e, na maioria, em vagas informais, como entregador de serviços de *delivery*, na distribuição de panfletos, em pequenas lojas e na construção civil.

- A população em idade ativa (PIA) é de 183 mil pessoas. Grande parte destes trabalhadores precisa enfrentar longas viagens para trabalhar em outros bairros;
- A escassez de políticas de inserção socioprodutiva formal para jovens favorece a busca por outros caminhos de geração de renda. O bairro está entre os 20 distritos com maior número de microempreendedores individuais (MEI);
- Em 2020, segundo dados da Prefeitura, 15.173 famílias tinham renda de até R\$ 261,25 *per capita*, situação classificada como de extrema pobreza. Em 2021, quase 35 mil estavam inscritas no CadÚnico;
- Cidade Tiradentes conta com cinco equipamentos culturais públicos, dotados de bibliotecas, teatros e cinema. Também há cinco equipamentos públicos esportivos. Os relatos nas oficinas mostraram que estes espaços são pouco acessados pelos jovens. Nas oficinas, foi citada a necessidade de revitalização e reforma de espaços públicos de lazer;
- Os bailes funk são um importante movimento cultural local e fonte de renda para comerciantes e trabalhadores.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único Federal

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CAPSAad – Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPSi – Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

COMPAZ – Centros Comunitários da Paz

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CUCA – Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SIIC – Sistema de Informações e Indicadores Culturais

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUS – Sistema Único de Saúde

SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência

TDI – Taxa de Distorção Idade-série

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

FICHA TÉCNICA

Realização

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil – Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babbos – Representante-adjunta do UNICEF no Brasil

PRODUÇÃO MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS

Parceria técnica

Instituto Oca

Organismo Editora

Rede Conhecimento Social

Tewá 225

Equipe UNICEF

Liliana Chopitea – Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação

Boris Diechtiareff – Especialista de Monitoramento e Avaliação

Anderson Macedo de Jesus – Oficial de Monitoramento e Avaliação

Daniilo Moura – Oficial de Monitoramento e Avaliação

José Gilberto Boari – Oficial de Monitoramento e Avaliação

PRODUÇÃO EDITORIAL

Equipe UNICEF

Rosana Vega – Chefe de Proteção à Criança e Coordenadora Nacional de #AgendaCidadeUNICEF

Ana Carolina Fonseca – Oficial de Programas – Educação e Proteção à Criança

Deborah Esther Grajzer – Oficial de Proteção à Criança

Higor Hebert Franca Da Cunha – Consultor de Programas da #AgendaCidadeUNICEF

Immaculada Prieto – Especialista de Comunicação

Mayara Barbosa – Oficial de Comunicação

Projeto editorial e texto

Anabela Paiva

Projeto gráfico

Refinaria Design

Revisão de texto

Malu Resende

Fotografia da Capa

Manuela Cavadas



